

Acção Socialista



Nº 1284 31 Maio 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Câmara de Lisboa

Presidentes PS

Página 20



Debate Mensal

3

Facilitada aquisição de computadores e acesso à banda larga

Entrevista

19

Ascenso Simões: “Novo paradigma para a Protecção Civil”

Federação do Algarve

9

Miguel Freitas tem dado especial atenção à renovação do PS e à formação dos militantes

Editorial de Joaquim Raposo

SUPLEMENTO



UnirLisboa

www.unirlisboa.com

António Costa



JANTAR

Terça-feira . 5 de Junho . 20H
Centro de Congressos de Lisboa
(Antiga FIL, à Junqueira)

EDITORIAL



JOAQUIM RAPOSO
Presidente da FAUL

O RUMO CERTO PARA LISBOA

NO PRÓXIMO dia quinze de Julho, os lisboetas serão chamados a escolher o seu Presidente da Câmara. As próximas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa reveste-se de grande importância, para Lisboa e para toda a Área Metropolitana.. Lisboa para além de ser a capital do País, encontra-se no centro desta metrópole, a que chamamos área metropolitana.

Nos últimos trinta anos, Portugal mudou e com ele a “cidade tradicional” onde se exerce o poder local, evoluiu para a cidade metropolitana, como realidade económica e funcional, em processo de constituição permanente.

Estimativas recentes prevêem que em 2025 setenta e cinco por cento da população mundial será urbana, haverá trinta mega cidades com oito milhões habitantes e quinhentas cidades com mais de um milhão de habitantes, exigindo dos governos uma resposta adequada a esta nova realidade urbana.

As realidades metropolitanas actuais caracterizam-se pela intensidade da ocorrência simultânea de situações de pluripresença e pluripertença territorial por parte dos indivíduos, dos agregados familiares e das organizações. Pelo que, a expansão suburbana das cidades modernas, que rompe definitivamente com a caracterização tradicional das áreas urbanas - uma população, um território e uma circunscrição político-administrativa - e, conseqüentemente, com as formas de governo

Nos últimos trinta anos, Portugal mudou e com ele a “cidade tradicional” onde se exerce o poder local, evoluiu para a cidade metropolitana, como realidade económica e funcional, em processo de constituição permanente

local que lhes eram próprias, representa uma nova realidade que temos que ter em conta.

A sub urbanização das cidades modernas, decorrentes da expansão do transporte público e do transporte privado individual, provocou um corte entre os locais de residência e de trabalho. O quotidiano dos habitantes da área metropolitana de Lisboa, organiza-se cada vez mais em torno de múltiplos interesses - a habitação, a escola dos filhos, o emprego, o supermercado, o ginásio ou as lojas- que apenas por mera coincidência se localizarão na mesma área.

Por tudo isto, cabe a todos nós, cimentar uma nova escala de identificação colectiva, dando sentido a práticas sociais existentes e criando, por essa via, uma consciencialização metropolitana enraizada no quotidiano das pessoas e das organizações.

Dai que como Presidente da FAUL do PS, estarei nesta campanha ao lado do nosso camarada António Costa. O meu empenho, não se fundamenta apenas nas qualidades de António Costa e na convicção que com ele Lisboa terá um rumo. Nem o meu empenho se fundamenta apenas no facto de António Costa ser membro destacado do meu Partido. O meu empenho radica acima de tudo, na convicção que com António Costa na presidência da Câmara de Lisboa, esta Área Metropolitana voltará a ter um rumo e um protagonismo que infelizmente tem vindo a perder.

PS EXIGE TRANSPARÊNCIA E RIGOR EM OEIRAS

A NECESSIDADE de apurar a veracidade dos factos apontados numa notícia publicada pelo diário “Correio da Manhã”, no dia 31 de Maio, onde se informa que Luis Marques Mendes teria sido pago com senhas de presença e despesas de representação durante o exercício do seu mandato, entre 1999 e 2002, na empresa proprietária da Universidade Atlântica (EIA) motivou um requerimento do líder da bancada do PS na Assembleia Municipal de Oeiras, Marcos Sá, no qual exige, “com carácter de urgência”, o cabal esclarecimento de várias questões pertinentes, “a bem da transparência, do rigor e da verdade”.

No documento, Marcos Sá solicita ser informado sobre quais eram os membros da direcção da EIA que estavam a tempo inteiro e com vencimento (executivos) e quais os que constavam como não executivos, tendo como meio de pagamento as referidas senhas de presença, no período em causa.

Os vencimentos auferidos pelos membros executivos da direcção, igualmente neste período, bem

como o valor definido para cada senha de presença nos anos 1999, 2000, 2001 e 2002, são outros pontos sobre os quais Marcos Sá pede mais informações.

Também no requerimento, o deputado municipal solicita que sejam apresentadas cópias das actas das reuniões efectuadas pela direcção nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002; dos recibos de vencimento (referentes às senhas de presença) de todos os membros da direcção, da acta onde foram fixados os limites às despesas de representação para cada membro da direcção da empresa e ainda dos comprovativos das despesas de representação e pagamentos efectuados pela EIA, por mês, a todos os membros da direcção nos anos em causa.

A terminar, Marcos Sá destacou que o actual líder do principal partido de oposição, Marques Mendes, era, na altura, presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, órgão fiscalizador do Executivo camarário “com maioria absoluta do PSD na assembleia e na Câmara”. M.R.

Situação na Câmara da Covilhã preocupa deputados socialistas

UMA SÉRIE de casos que envolvem autarcas e autarquias e que têm tido eco na Comunicação Social, o mais recente dos quais visando o município da Covilhã, está a preocupar os deputados socialistas do distrito de Castelo Branco Vítor Pereira, Hortense Martins, Cidália Faustino e Jorge Seguro Sanches que, num requerimento entregue, no dia 22 de Maio, na mesa da Assembleia da República, alertam para a necessidade de preservar a normalidade democrática como pano de fundo do exercício do poder local.

No documento, os parlamentares do PS solicitam esclarecimentos à Secretaria de Estado da Administração Local e à Câmara da Covilhã sobre a eventual existência de algum processo administrativo pendente na Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) referente à autarquia em questão e resultante de acções inspectivas ou de participações apresentadas, conforme foi noticiado, a 10 de Maio, pelo “Jornal do Fundão”.



No caso da resposta resultar afirmativa, os deputados querem saber quantos são os processos e qual a sua natureza, bem como o número de infracções em apreço.

Além disso, questionam sobre “a matéria factual” constante em tais processos, indagando se ela é, pela sua dimensão e gravida-

de, “susceptível de originar perda de mandato dos membros do Executivo camarário, designadamente do seu presidente”.

Se mais uma vez a resposta for afirmativa, consideram necessário conhecer se tal sanção foi proposta e sobre quem seria aplicável.

Além disto, os parlamentares socialistas solicitam ser informados sobre a existência ou não de factos apu-

rados “com relevância penal” e se foi feita a competente participação ao Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca da Covilhã.

Por último, e em caso afirmativo, querem saber em que data foi apresentada a participação e se a IGAT foi notificada de algum despacho. M.R.

Facilitada aquisição de computadores e acesso à banda larga

SÓCRATES ANUNCIA

A partir de Setembro mais de meio milhão de portugueses vão passar a ter acesso a um computador ligado a banda larga, anunciou o primeiro-ministro, José Sócrates, no debate mensal na Assembleia da República que teve como tema as tecnologias de informação e a competitividade.

Para José Sócrates o desenvolvimento da sociedade da informação constitui um dos programas mais ambiciosos integrados no Plano Tecnológico, programa que o Governo do Partido Socialista lançou logo que iniciou o seu mandato em 2005.

Com esta iniciativa, a Governo pretende garantir que mais de meio milhão de portugueses, nomeadamente estudantes, professores e trabalhadores em formação tenham um melhor e mais qualificado acesso, quer ao uso do computador, quer à utilização da banda larga.

Para José Sócrates, uma economia que quer permanecer competitiva tem que acompanhar os avanços tecnológicos no domínio das telecomunicações e da sociedade da informação, razão pela qual o primeiro-ministro considera que uma mais correcta e massificada utilização dos computadores e da banda larga constitui hoje “muito mais do que uma necessidade de acesso a bens e produtos tecnológicos” mas também, como referiu, um “meio de democratizar as comunicações, o conhecimento e uma forma moderna e igualmente democrática de acesso a bens e serviços que devem estar ao alcance de uma número cada vez maior de portugueses”.

Para se ter uma ideia da oportunidade que esta iniciativa representa, destacou o primeiro-ministro, basta recordar que cerca de 57 por cento das famílias portuguesas ainda não dispõem de um computador em casa ou tendo, como sublinhou, “não estão ligados em banda larga”.

Programa financiado com o licenciamento de telemóveis 3G

O programa prevê que já a partir do próximo mês de Setembro todos os estudantes que se inscrevam no 10º ano passarão a ter acesso a um computador e à respectiva ligação em banda larga, a um preço que o Governo pretende que seja muito reduzido e avaliado “em



função do rendimento do respectivo agregado familiar”, sendo para o efeito criados três escalões, um primeiro para os estudantes beneficiários da acção social escolar, um segundo para aqueles que, não sendo beneficiários da acção social escolar, estão contudo integrados em agregados familiares de baixos rendimentos e, finalmente, um terceiro e último escalão destinado aos restantes estudantes.

Também os professores, do ensino básico e do secundário, passarão a ser incluídos e a beneficiar de ajudas significativas para a aquisição de computadores portáteis.

Finalmente, o terceiro e último grupo, que respeita aos trabalhadores em formação que serão igualmente abrangidos por esta iniciativa do Governo com as respectivas facilidades agora anunciadas pelo primeiro-ministro.

O programa será financiado, como disse o primeiro-ministro, com as “contrapartidas que o Estado contratualizou “já em 1999”, como lembrou, com os operadores no licenciamento das comunicações móveis de terceira geração”.

A “amnésia” de Marques Mendes

Na sua intervenção, o líder da bancada parlamentar socialista, depois de saudar o programa anunciado pelo primeiro-ministro, criticou Marques Mendes pelo uso e abuso da “teoria da fuga” às questões que lhe estavam a ser colocadas, aproveitando de seguida para tratar a “amnésia” do líder da oposição, que negou no Parlamento que o PSD, enquanto Governo,

tivesse dado apoio à construção do novo aeroporto na Ota.

Alberto Martins lembrou então que, a 27 de Novembro de 2002, durante o Governo de Durão Barroso, foi aprovada em Conselho de Ministros uma proposta favorável à referida infra-estrutura onde consta a assinatura do próprio Marques Mendes.

Centrando-se no programa que garantirá computadores e acesso à Internet a meio milhão de pessoas, o presidente do GP/PS considerou ser esta uma medida “decisiva” para a nova estratégia de desenvolvimento do país com base no conhecimento que os socialistas estão a construir.

E pediu a José Sócrates que aprofundasse as questões relativas aos fundos públicos disponíveis para o investimento necessário e precisasse o calendário para a implementação do programa.

Em resposta, o primeiro-ministro afirmou que as verbas que se destinam a fomentar a difusão dos computadores e o acesso à banda larga no sector da Educação estão garantidas e que houve agora um esforço público de negociação com os operadores de serviços.

Acusou depois os anteriores governos de direita de, no passado, terem desleixado os apoios financeiros necessários para a avançar na rota da inovação.

Quanto ao calendário desta iniciativa, Sócrates adiantou que a medida estará imediatamente disponível para as pessoas inscritas no programa “Novas Oportunidades” e, para as escolas, a partir de Setembro, com o arranque do próximo ano lectivo. **R.S.A./M.R.**

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

A prioridade agora é consolidar a viragem, recusar o facilitismo de quem propõe reduções fiscais prematuras e continuar a melhorar cada vez mais o potencial competitivo da nossa economia

NÃO FOI POR ACASO

PORTUGAL cresceu no primeiro trimestre de 2007 acima dos 2 por cento e conseguiu esse crescimento apesar de três dos quatro principais motores de crescimento continuarem em baixa rotação, como é o caso do consumo público saudavelmente em contracção, do consumo privado esmagado pelo endividamento e pelas sucessivas subidas das taxas de juro e do investimento público preparando um novo ciclo de intervenções estruturantes.

Esta análise simples mostra que o crescimento da nossa economia foi impulsionado por um motor económico em plena aceleração, permitindo mais exportação, mais competitividade e mais capacidade de criação de riqueza, compensando com a sua pujança a fragilidade conjuntural dos outros motores.

Este facto não sucedeu por acaso. É em primeiro lugar mérito das nossas empresas e dos nossos empresários mais dinâmicos, mas é também consequência duma escolha política central do actual governo. A aposta no “choque tecnológico” e no consequente plano de acção estrutural designado por Plano Tecnológico, em detrimento do “choque fiscal” proposto pelo maior partido da oposição.

No passado, antes da adesão à moeda única, quando a economia perdia competitividade desvalorizava-se o escudo para provocar uma quebra no valor de exportação dos nossos produtos. A medida mais próxima desta é a redução da carga fiscal para aliviar esse mesmo valor. Ambas as medidas são do mesmo teor. São medidas conjunturais que não forçam o reposicionamento competitivo das empresas, a sua subida na cadeia de valor e a sua libertação progressiva da competição pelo custo dos factores.

A filosofia do Plano Tecnológico é bem diferente. Não se baseia numa demagógica redução da carga fiscal em período de controlo do deficit público, mas sim na melhoria substantiva da qualidade da despesa pública, canalizando-a para melhorar os factores de competitividade da nossa economia, designadamente as qualificações, as infra-estruturas físicas e tecnológicas e o posicionamento do País no contexto internacional.

A escolha foi feita e os resultados começam a surgir. A prioridade agora é consolidar a viragem, recusar o facilitismo de quem propõe reduções fiscais prematuras e continuar a melhorar cada vez mais o potencial competitivo da nossa economia. Na economia global nada acontece por acaso. Não foi por acaso que Portugal entrou num ciclo de recuperação. Não será por acaso, mas por determinação e coragem política que continuaremos esse caminho.



OPINIÃO



HELENA TERRA
Deputada do PS

São reformas como esta que imprimem agilidade à, até aqui tão pesada, máquina do Estado que merecem o aplauso dos seus destinatários

CUSTAS JUDICIAIS

O ACTUAL Governo em geral e o Ministério da Justiça em particular têm vindo a adoptar e a propor uma série de medidas legislativas que se traduzem, em termos práticos, em enormes passos com vista à simplificação da vida dos cidadãos; exemplo disto, foi a proposta de lei nº 152/X recentemente aprovada na Assembleia da República pela qual o Governo obteve autorização legislativa para aprovação de um Regulamento de Custas Judiciais. Este Regulamento revogará o actual Código das Custas Judiciais e alterará em conformidade o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal e o Código de Procedimento e Processo Tributário.

Neste caso concreto, a simplificação materializa-se na consolidação do regime das custas judiciais num Regulamento único, aplicável às diversas formas e instâncias de tramitação processual. Por esta via reunir-se-á num só diploma, de forma sintética, todas as regras procedimentais respeitantes às custas; assim se substitui um “pesado” Código, numa matéria, que no entendimento da maioria dos profissionais do foro, não tinha “dignidade” bastante para o ser, por um simples e escorreito Regulamento que simplifica em 40 artigos aquilo que o actual código complicava ao longo de mais de centena e meia de artigos.

Mas este ganho em sistematização não é o único, nem mais significativo, benefício que com a citada alteração legislativa se consegue; subjacente a ela está, sobretudo, uma alteração de filosofia digna de registo. Em concreto, salientarei apenas alguns exemplos de particular relevância:

- a substituição das até agora existentes taxas de justiça inicial e subsequente por uma só taxa de justiça;
- a redução dos valores devidos por conta das taxas de justiça, suportada na simplificação substancial dos métodos de fixação da respectiva taxa;
- a alteração do modo de fixação da taxa pela aplicação de um sistema que faz depender não só do valor mas também da complexidade da causa;
- tratamento diferenciado entre os chamados “litigantes em massa” e os ditos “litigantes ocasionais”;
- a revisão do regime de isenções, quer eliminando as isenções injustificadas, quer criando novas e justificadas isenções, salvaguardando em qualquer caso o direito de defesa dos arguidos e a protecção jurídica dos trabalhadores;
- a instituição de uma taxa sancionatória excepcional aplicável aos requerimentos, recursos, reclamações, pedidos de rectificação, reforma ou de esclarecimento, manifestamente improcedentes e com fins meramente dilatatórios.

Todas estas alterações traduzem-se em importantes ganhos de racionalização no acesso à justiça e no descongestionamento dos tribunais - que o digam todos aqueles que fazem do seu dia-a-dia a prática forense!

São reformas como esta que imprimem agilidade à, até aqui tão pesada, máquina do Estado que merecem o aplauso dos seus destinatários.



Rui Vieira aplaude reforma do sector vitivinícola

O deputado socialista Rui Vieira não tem dúvidas que a reforma em curso no sector do vinho, no âmbito da OCM (Organização Comum de Mercado) que está a ser discutida nas instâncias especializadas da União Europeia, representa uma iniciativa que se reveste de uma complexidade difícil de ultrapassar e exige da parte de todos os intervenientes, nacionais e comunitários, uma indispensável firmeza de propósitos.

O PARLAMENTAR do PS, que falava numa iniciativa realizada na Assembleia da República, e que contou com a presença da comissária europeia Mariann Fischer Boele, lembrou que para que esta reforma possa alcançar o êxito que todos desejam, terá que beneficiar, por um lado, de uma importante abertura de espírito da parte dos intervenientes, e, por outro lado, de uma assinalável flexibilidade por parte da lei, condições indispensáveis, disse, para que se possa chegar à busca de um resultado final satisfatório, genericamente aceite por todos os Estados-membros “mas sem perder a eficácia e sem comprometer os objectivos que se tem em vista na reforma do sector”.

Para Rui Vieira, as propostas já apresentadas pela comissária europeia compreendem um conjunto de iniciativas “corajosas, oportunas e sensatas”, medidas que, na opinião do deputado do PS, poderão ajudar a enfrentar os actuais desequilíbrios que se sentem no mercado do vinho.

De entre as medidas que o parlamentar socialista considera como de “grande coragem” estão as propostas que prevêm a cessação de subsídios à destilação ou o fim da prática de uma enologia não sustentável, à luz dos exigentes padrões a que deve obedecer a produção europeia.

Propostas que Rui Vieira reconhece poderem ser polémicas, mas que se afiguravam, como defendeu, “incontroláveis para a Europa”, de modo a poder enfrentar com sucesso os actuais problemas do sector.

Alguns contributos para melhorar a produção do vinho

Para o deputado socialista, o sector vitivinícola precisa de ser olhado



com especial atenção já que se trata, como defendeu, de uma das mais importantes áreas económicas da UE.

Com efeito, disse, os incentivos ao arranque voluntário, tendo por objectivo a redução da área de produção, são “uma medida compreensível” e que vai no sentido de ajudar a repor o equilíbrio do mercado, sendo necessário porventura, que os parâmetros a que a medida deve obedecer, se rodeiem de um grande sentido de justiça, factor imprescindível para que esta medida, “possa ser regulada pelo princípio da subsidiariedade”, uma vez que “há muitas especificidades locais e regionais a salvaguardar”.

A par dos elogios, Rui Vieira não deixou de alertar para algumas situações que considerou como problemáticas, como é o caso, como sublinhou, da cessação dos direitos de plantação e a liberalização do plantio a partir de 2013.

Para o deputado do Partido Socialista, não faz sentido aplicar agora fortes constrangimentos e reduções anunciando, simultaneamente, a liberalização a partir de 2013.

Com efeito, defendeu, “e em respeito pela coerência das políticas” o princípio da liberalização a posterior, defendido na reforma, parece incongruente e sem dúvida repleta de “consequências nefastas”.

Contudo, e em defesa da reforma, sublinhou, há que registar na proposta o facto de manter o regime de reconversão, opção “que tem sido bem utilizada” e que poderá contribuir, a médio prazo e de forma eficaz, “para modernizar e qualificar o sector”.

Quanto à proibição de práticas enológicas não sustentáveis, trata-se, como aludiu, de uma iniciativa a todos os títulos louvável, uma vez que estava em causa uma rotina criticável à luz dos exigentes padrões a que deve obedecer a produção eu-

ropeia, “mas também totalmente absurda”, já que introduzia mais quantidade, num mercado já a abarrotar de excedentes, mas sobretudo e principalmente injusta, “porque estava a preju-

dicar os agricultores mais pobres do sul, protegendo a agricultura rica do centro e do Norte da Europa”.

Outra das iniciativas que o deputado Rui Vieira não deixou de aplaudir e que a comissária europeia incluiu na sua reforma, respeita à recusa de abrir o mercado à importação de mostos e vinho para mistura oriundos de países terceiros.

Já quanto ao fim dos mecanismos reguladores do mercado, o deputado do PS apelou a que a comissária e o ministro da Agricultura português “encontrem uma situação adequada para sustentar a pressão sobre o preço do vinho do Porto, Madeira e outros vinhos licorosos, decorrente do fim dos apoios à destilação”.

Para Rui Vieira, a competitividade do vinho europeu só se manterá, se o mercado, interno e externo, souber distinguir e reconhecer que o vinho que a Europa produz é efectivamente de qualidade superior. Mas esta qualidade só se manterá, lembrou, “com uma posição liderante da Europa, em todos os requisitos que a asseguram e potenciam”.

Nomeadamente através de boas práticas enológicas, de bons e eficazes sistemas de certificação e rotulagem, defesa das denominações de origem e indicações geográficas, para além da preservação do valiosíssimo património e da sua inegável tradição.

Temos todos que trabalhar muito para “dissipar o ónus histórico” de que o vinho ainda não se libertou, e que o associa aos prejuízos para a saúde humana provocados pelo excesso de consumo de álcool. O vinho, defendeu Rui Vieira, “é muito mais do que um produto. É um fenómeno da cultura mediterrânea e europeia profundamente enraizado no imaginário popular do Ocidente”. A história do vinho, disse, confunde-se com a história da humanidade. **R.S.A.**

Jornadas Parlamentares do PS a 18 e 19 de Junho em Tomar

A REFORMA do Parlamento será o tema central das próximas Jornadas Parlamentares do Partido Socialista, a realizar-se nos dias 18 e 19 de Junho.

Estas jornadas contarão com a

presença do primeiro-ministro, José Sócrates, e terão como objectivo principal a revisão das regras de funcionamento da Assembleia da República.

As últimas Jornadas Parlamen-

tares do PS realizaram-se há três meses, nos dias 13 e 14 de Fevereiro, em Óbidos, dois dias após a vitória do “sim” no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG).

António Costa representa um sinal de abertura e de renovação para Lisboa



COMISSÃO NACIONAL

As eleições intercalares para a Câmara de Lisboa constituem no horizonte imediato a principal batalha política com que o Partido Socialista se defronta. Esta a mensagem que José Sócrates levou à Comissão Nacional, apelando ainda aos militantes para que cerrem fileiras em torno do candidato socialista António Costa.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

“AS ELEIÇÕES intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa assumem, de momento, o assunto mais importante para o Partido Socialista”.

Esta a convicção expressa pelo secretário-geral, durante a reunião da Comissão Nacional realizada na sede nacional do Largo do Rato, em que José Sócrates pediu ainda a todos os militantes que cerrem fileiras em torno do candidato socialista António Costa na sua caminhada para a presidência do município de Lisboa.

Segundo Sócrates, o PS já averbrou com a candidatura de António Costa uma primeira e importante vitória na disputa eleitoral para a autarquia da capital.

“Ao termos apresentado um candidato com o perfil e a dimensão política de António Costa”, disse o secretário-geral, “o PS quis jogar alto com a absoluta consciência de que a escolha recaiu sobre uma personalidade que dá absolutas garantias de que os lisboetas passarão a dispor de uma equipa autárquica capaz de devolver a Lisboa a seriedade e a competência na gestão municipal que seis longos anos de governo local da direita lhe retiraram”.

Trata-se da primeira câmara do país, razão mais do que suficiente, segundo José Sócrates, para que o Partido Socialista apresentasse como candidato a presidente da edilidade uma personalidade com um

passado e uma competência política já largamente demonstradas, capaz de pôr cobro ao verdadeiro atoleiro financeiro em que se encontra a Câmara Municipal de Lisboa.

A cidade precisa de uma edilidade dinâmica, que ajude a puxar o país para cima, que seja, ela própria, um elemento fundamental de atracção de investimento para que mais empresas, nacionais e estrangeiras, apostem mais e melhor, não só na cidade propriamente dita, mas que esse investimento se alargue e se estenda a toda a área metropolitana.

Para o líder socialista, a candidatura de António Costa está já a mobilizar grande parte das elites, cenário que ninguém nem nenhum partido político pode desprezar, mas está também, como afirmou, “a convocar e a cativar o povo em geral”, porque conhecem há muito António Costa e sabem que a sua capacidade de trabalho e a sua competência “poderão ajudar a enfrentar com êxito os inúmeros problemas com que a cidade e o município se defrontam”.

E as sondagens aí estão para comprová-lo, colocando o candidato socialista destacadamente à frente dos restantes, sendo talvez por isso, afirmou José Sócrates, que está a ser o único alvo de todas as críticas por parte das demais listas à câmara, “como se a responsabilidades do caos e quase falência em que se encontra a autarquia de Lisboa fosse imputável ao António Costa ou ao Partido Socialista”.

Comunistas e bloquistas, por

exemplo, lembrou o líder socialista, “a única coisa que fazem é atacar o candidato do PS, esquecendo-se ou fazendo-se esquecidos de que foi a direita e só ela a única responsável pelo triste estado a que as coisas chegaram na maior autarquia do país”.

A importância desta candidatura socialista à Câmara Municipal de Lisboa, com a saída de António Costa de ministro de Estado e da Administração Interna, disse ainda o secretário-geral, não retira qualidade ao Governo, “como certa crítica partidária e determinada imprensa de direita quer fazer crer”, porque Lisboa e a sua Câmara Municipal “assumem uma importância demasiadamente grande para que qualquer Governo, seja ele qual for, possa deixar a gestão da principal autarquia do país entregue ao livre arbítrio ou a um destino incerto como consequência de uma administração errada, fruto de sucessivos equívocos que a estavam a atirar para a falência e para a ruptura financeira.

Com a candidatura de António Costa às eleições intercalares para Lisboa, o Partido Socialista, frisou Sócrates, “deu um sinal evidente de abertura e de renovação”, algo que já se está a reflectir quer nas sondagens, onde o candidato socialista surge em primeiro lugar com mais de 12 pontos de distância em relação ao seu mais directo adversário, quer em relação à significativa mobilização popular que a candidatura está a despertar junto do eleitorado.

Para além da intervenção política do secretário-geral, a reunião da Comissão Nacional aprovou ainda o Relatório e Contas do partido relativo ao ano de 2006, relatório que foi entregue no dia seguinte no Tribunal de Constas, tendo sido ainda aprovada a decisão de rever os estatutos do PS, cuja comissão será presidida pelo deputado e ex-ministro da Justiça Vera Jardim.

OPINIÃO



JORGE FÃO
Deputado do PS

Estão assim, a partir de agora, realmente salvaguardados os principais direitos dos utilizadores das auto-estradas em Portugal, objectivo conseguido sem alterar os contratos de concessão em vigor, evitando dessa forma o pagamento de qualquer possível compensação ou indemnização às concessionárias

OBRAS NAS AUTO-ESTRADAS Exige-se informação, segurança e comodidade

PARA melhorar as condições de circulação nas vias rodoviárias é necessário periodicamente realizar obras de conservação de pisos, alargamento de faixas de rodagem, correcção de traçados, colocação de sinalização e uma diversidade de outros trabalhos que se pretendem tragam mais segurança e comodidade aos utilizadores das estradas portuguesas.

Se este tipo de intervenções se reclamam e é desejável que sejam realizadas em todas as estradas da rede viária nacional, é evidente que, nas vias rápidas, auto-estradas e outros itinerários principais, pelas boas condições que indispensavelmente devem proporcionar aos seus utilizadores, a realização de obras de melhoramento é uma exigência constante.

Nas auto-estradas, as obras impostas pelos próprios contratos de concessão são um transtorno indesejável é certo, mas também aquilo que se considera um mal necessário e indispensável para proporcionar um melhor serviço a quem o adquira e utilize.

Mas a obrigatoriedade de realização de obras não pode ser sinónimo de que as mesmas sejam executadas como, quando e onde as concessionárias queiram ou mais lhes convenha. É necessário que exista regra e lei que discipline, imponha, responsabilize e penalize quem não respeite e garanta os direitos dos utentes das vias rápidas.

Reconhece-se e constata-se que nesta matéria tem imperado alguma indisciplina, falta de exigência de controlo e de fiscalização por parte do estado de onde resulta uma crescente deterioração das condições de circulação nas vias rápidas quando nelas se realizam obras..

Considera-se pois que o PS fez aprovar na Assembleia da Republica uma boa lei para defender os direitos dos utentes das auto-estradas em Portugal.

Com sentido de responsabilidade, defesa do interesse público e protecção das finanças do estado, o PS nesta discussão com a oposição resistiu à tentação de ceder aos demagogos discursos de uns e a oportunismos irresponsáveis de outros que tinham como grande e quase único objectivo da sua populista estratégia decretar a gratuidade do uso do serviço e da infraestrutura sempre e quando decorressem obras de beneficiação.

A nova lei agora aprovada assenta em três pilares fundamentais: Primeiro, o direito à informação prévia e atempada dos constrangimentos da via, a garantia de condições mínimas de circulação em segurança e o apoio ao utente em obras fiscalizadas e devidamente sinalizadas.

Segundo, a consagração da inversão do ónus da prova em caso de acidente, passando a ser obrigação da concessionária provar que não é responsável pela causa do acidente.

Terceiro e último pilar, o não pagamento do valor da portagem correspondente ao troço em obras quando se verifique e comprove o não cumprimento de qualquer uma das condições estabelecidas para a realização dos trabalhos. Nestas circunstâncias e nas concessões actuais o valor da portagem indevidamente pago deve ser restituído a quem o reclamar. Nos futuros contratos passa a ser contemplada a redução do valor a pagar quando o incumprimento das regras se verificar.

Estão assim, a partir de agora, realmente salvaguardados os principais direitos dos utilizadores das auto-estradas em Portugal, objectivo conseguido sem alterar os contratos de concessão em vigor, evitando dessa forma o pagamento de qualquer possível compensação ou indemnização às concessionárias.

A aplicação desta nova lei pode e deve traduzir-se em efectiva defesa dos direitos dos utentes das vias rápidas no nosso País, para tanto é necessário e a nova regulamentação determina que:

- As concessionárias cumpram realmente as suas obrigações contratuais;
- Os empreiteiros melhorem a organização dos trabalhos e elevem a qualidade da obra;
- A fiscalização actue de forma atenta e responsabilizada;
- O estado seja rigoroso, interveniente e justo;
- Os cidadãos conduzam de forma responsável e tenham uma atitude exigente no cumprimento das novas regras, mas também tolerante com alguns transtornos que a realização de obras nas auto-estradas, como em qualquer outro local, sempre provocam a quem com elas convive.

OPINIÃO



PAULA BARROS
Deputada do PS

Acreditamos que estão a ser dados importantes e seguros passos em resposta a uma preocupação que sendo global é do Partido Socialista em particular: zelar pela redução da dependência energética do país e pela boa utilização dos recursos nacionais

EQUILÍBRIOS: DO AMBIENTE À ENERGIA

UM TÍTULO genérico não pode abster-nos de olharmos para as questões que lhe estão associadas de forma aprofundada mantendo subjacente a convicção de que se na Natureza tudo tende para o equilíbrio, não podemos alhear-nos do facto de que a acção humana, sendo o Homem elemento integrante deste ciclo, face à sua capacidade de interferir com a Natureza em seu favor, constituiu um elemento assaz perturbador da capacidade de auto-regulação.

Falar de ambiente e energia isoladamente é seguramente tão de mais fácil, quanto de menos eficiente do que se procurarmos tratar destas temáticas complementarmente, observando o contributo que cada uma delas pode dar à melhoria da situação global do Universo, em geral, e do nosso país, em particular.

A dependência energética de Portugal face aos países produtores de petróleo não é saudável nem para a nossa economia, nem para o ambiente em termos globais. As fontes energéticas baseadas no aproveitamento de combustíveis fósseis são, seguramente, as mais agressivas em termos ambientais face à consequente elevada produção de CO2.

Assim, a bem da economia nacional e a bem do ambiente global, nomeadamente da herança ambiental para as gerações futuras que as gerações actuais têm a obrigação de cuidar, é fundamental que Portugal invista em formas alternativas de produção de energia.

Esta preocupação não é recente nem inédita. No âmbito da Comunidade Europeia estas preocupações assumem níveis de prioridade e no âmbito dos objectivos do nosso Governo a aposta no crescimento económico não tem deixado de estar a par com as preocupações ambientais.

A anterior afirmação é o eco da constatação de que os objectivos do Governo no que respeita ao cumprimento das metas europeias ao nível da utilização de energias ditas limpas vêm progressivamente a tornar-se mais exigentes.

O Governo tem actuado de forma eficaz na área do ambiente; aliás, a sua marca positiva no âmbito das políticas ambientais é inegável. Diria mesmo que o Governo é sustentadamente ambicioso ao nível dos objectivos estabelecidos em termos de resultados.

Lembro que o Governo reviu em alta a percentagem de 39 por cento de renováveis como meta para 2010. Neste momento, tal como anunciado pelo primeiro-ministro, o compromisso é de 45 por cento de toda a electricidade consumida ter base em energia renovável até 2010.

Lembro ainda a forte aposta nos biocombustíveis: a meta de, em 2010, 10 por cento do total de combustível gasto nos transportes ser biocombustível. Em termos de cumprimento deste objectivo, consideramos francamente positiva a isenção fiscal para biocombustíveis, ou seja, combustíveis produzidos a

partir de produtos agrícolas. Mais, consideramos equilibrado que esta isenção seja total para os pequenos produtores e parcial para os restantes. A razão desta consideração passa pela convicção de que não podemos responder a desequilíbrios com outros desequilíbrios. A produção de biocombustíveis está directamente associada à valorização energética da biomassa agrícola. Mas, a valorização excessiva da agricultura dedicada pode levar-nos a exageros que, fazendo juz à própria palavra, nos poderiam conduzir a situações de “monopólio” de determinadas culturas em detrimento de outras com todo o potencial negativo que essa situação poderia acarretar sob o ponto de vista ambiental.

Assim, parece-nos ponderado que exploremos o potencial da biomassa agrícola, sim, mas associada à valorização energética da biomassa florestal. A possibilidade de ambas convergirem para a eficiência das centrais de biomassa, 15 a nível nacional anunciadas pelo Governo, torna-se explícita no preâmbulo de exigências da abertura dos respectivos concursos. No âmbito do lançamento dos Concursos para as Centrais Termoeléctricas a Biomassa Florestal, a exigência é de que estas centrais incorporem uma percentagem de biomassa florestal igual ou superior a 60 por cento.

Assim sendo, admite-se que estas centrais remuneradas em valor calculado com um coeficiente “Z” de 8.2 possam incorporar até 40 por cento de outros combustíveis renováveis, podendo aqui integrar-se a biomassa agrícola, sendo que algum recurso a combustíveis fósseis nunca poderá exceder os 5 por cento.

Não podemos esquecer que a biomassa florestal, concorrendo como todas as outras renováveis para as metas nacionais de redução da dependência do petróleo, tem ainda outras valências, em especial o seu importante papel na diminuição da carga combustível das florestas e risco de incêndio associado.

Constituindo a biomassa uma potencialidade susceptível de ser explorada equilibradamente no nosso país associando o seu papel ambiental ao contributo em termos económicos e energéticos, não podemos deixar de lembrar que outros potenciais estão em fase de exploração e em relação aos quais Portugal tem uma condição privilegiada.

Se há objectivos do Governo nesta área que já foram revistos em alta, acreditamos que estão a ser dados importantes e seguros passos em resposta a uma preocupação que sendo global é do Partido Socialista em particular: zelar pela redução da dependência energética do país e pela boa utilização dos recursos nacionais em benefício da estabilidade económica e ambiental que a todos interessará mas que, acima de tudo, contribuirá para uma cada vez mais consequente atenção para com aqueles que, por diferentes ordens de razão, possam do Estado ser mais dependentes.

PS/Setúbal organiza Universidade de Verão em Junho



A UNIVERSIDADE de Verão do PS/Setúbal vai realizar-se nos dias 15, 16 e 17 de Junho, no Auditório da Universidade Moderna, em Setúbal.

A iniciativa, organizada pela Federação do PS de Setúbal, tem inscrições abertas até ao dia 13 de Junho, através dos endereços de correio electrónico pssetubal@ps.pt; presidente@setubal.ps.pt; acaracol@gmail.com e jmcapelo@yahoo.co.uk, pelo fax número 265230290 ou ainda pelos telefones 962 053 459 (camarada Pedro Gomes), 265 227 998 (Federação) e 917247593.

No programa desta edição

da Universidade de Verão destaca-se a participação do fundador do PS Mário Soares, que no dia da abertura falará sobre “O Socialismo e o Futuro”.

Entre os participantes nesta iniciativa contam-se também Alexandre Rosas (vice-presidente do IEF), Paulo Pedrosa (docente do ISCTE), Carlos Ribeiro (ex-bastonário da Ordem dos Médicos), Pedro Marques (secretário de Estado da Segurança Social), Maria de Lurdes Rodrigues (ministra da Educação), Rui Marques (alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas), Eduardo Cabrita (secretário

de Estado adjunto e da Administração Local) e Ana Paula Vitorino (secretária de Estado dos Transportes), entre muitos outros.

A encerrar os trabalhos desta Universidade de Verão do PS estará o dirigente socialista e ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

Entretanto, a Federação de Setúbal informou que, no dia 21 de Junho, pelas 21 horas, no auditório da Biblioteca Municipal da Moita, a escritora Lídia Jorge e o deputado socialista Luís Fagundes Duarte debaterão o tema “As Tendências e as Políticas Culturais”. M.R.

Mulheres socialistas da FAUL debateram políticas de imigração

A IDEIA de que a gestão da diversidade na educação e a concessão da lei da nacionalidade são factores fundamentais de integração dos imigrantes dominou as intervenções da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e do secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, os dois oradores do debate público promovido pelo Departamento das Mulheres Socialistas da FAUL, no auditório da Assembleia Municipal da Amadora.



Destaque ainda neste debate, que decorreu de uma forma bastante viva e participada, para as intervenções

na sessão de abertura de Jesuína Ribeiro, presidente do Departamento das Mulheres Socialistas da FAUL, e Carla Tavares, presidente da Concelhia da Amadora, e de João Serrano, da Comissão Política da FAUL, no encerramento dos trabalhos.

Os comentários aos dois painéis em debate, “A educação na integração dos imigrantes” e “A concessão da nacionalidade como factor de integração”, estiveram a cargo, respectivamente, de Jesuína Ribeiro e da deputada socialista Celeste Correia. J.C.C.B.

PS/Guarda saúda medidas anunciadas para a saúde no distrito

OS SOCIALISTAS da Guarda congratulam-se com as decisões que o Governo do PS tem tomado na área da saúde para este distrito.

Em comunicado, afirmam que as medidas implementadas pelo Executivo vão ao encontro dos compromissos eleitorais assumidos nas últimas legislativas e das legítimas aspirações das populações.

Recordando que o partido comprometeu-se, no Manifesto Eleitoral da Candidatura da Guarda, a modernizar, ampliar, defender e reforçar os serviços hospitalares a nível distrital, os socialistas saudaram a homologação, por parte do Ministério da Saúde, do novo programa funcional do Hospital Sousa Martins, considerando que, deste modo, estão criadas as “condições para avançar rapidamente com todo o processo de ampliação e remodelação” destes equipamentos.

“Com esse programa funcional ficámos com a certeza de que a maternidade vai continuar na Guarda”, lê-se no comunicado, em que é igualmente saudada a garantia dada pelo ministro Correia de Campos de que todas as valências actualmente existentes no hospital distrital vão continuar e que algumas delas passarão a ser de referência para as populações da Guarda e Castelo Branco.

Outra decisão classificada de “importantíssima” pelos socialistas



OPINIÃO



PAULA NOBRE DEUS
Deputada do PS

É tempo de acabar com os guetos civilizacionais, com os lugares esquecidos do mundo desenvolvido. Toda a gente precisa de rumo. Seja qual for a perspectiva, é tempo de cuidar dela, de lhe estimular o futuro e logo de a ajudar a construir o presente

prende-se com a criação da Unidade Local de Saúde.

“Esta estrutura, com estatuto de Entidade Pública Empresarial (EPE), permitirá que a gestão dos centros de saúde, das unidades de saúde familiar a criar e dos hospitais que nela fiquem englobados seja integrada, com as naturais implicações positivas para as populações e profissionais”, escrevem ainda os socialistas da Guarda, que acreditam que este modelo de gestão

“permitirá ganhos consideráveis na articulação entre os cuidados de saúde primários e diferenciados”.

Segundo a Federação da Guarda do PS, “não menos importante é a agilidade que o estatuto de EPE permitirá em múltiplos aspectos, que irão desde a contratação de profissionais até ao próprio desenvolvimento das obras de ampliação e remodelação” do hospital distrital. **M.R.**

MOURÃO TAMBÉM É EUROPA

EM MOURÃO morreram recentemente dois bombeiros voluntários. Esta vila alentejana que esteve na agenda nacional durante dois dias, apareceu em todos os telejornais mas rapidamente retomou a invisibilidade. Mourão fica no Alentejo mas podia ser um sítio qualquer do interior do país.

Estes sítios perdidos, em todas as partes do mundo, são mais facilmente vistos do espaço do que em terra. A questão não é só geopolítica, social, económica ou ambiental, é isto tudo e, sobretudo, porque Mourão não fica nas rotas do mundo. É um território destinado aos caminhantes que viajam pelo prazer de descobrir as singularidades, do encontro com pessoas, com culturas ou com a natureza. Infelizmente não são muitos, a maior parte de nós segue os percursos das agências de viagem. Mas Mourão não está no circuito.

Os naturais destas terras de além (Tejo ou Guadiana), não importa onde fiquem, interrogam-se sobre o futuro de uma Aldeia que se representa cada vez mais como um ponto visto do espaço. Essas terras, que nós reconhecemos como nossas quando acontece uma tragédia também fazem parte do planeta Terra. São terras dos Homens.

Mourão é aqui e antes de mais uma questão civilizacional, não de Portugal, mas da cidadania da Europa e do mundo. Estes sítios perdidos nos mapas de qualquer país precisam e merecem a atenção dos europeus, porque urge pensar o seu futuro, seja qual for o sentido do desenvolvimento. Os governos têm de decidir o que fazer com essas gentes. A angústia de um presente adiado e de um futuro incerto em nada contribui para a auto-estima desses povos e para o seu crescimento e tolhe as fracas dinâmicas numa depressão multigeracional.

É tempo de acabar com os guetos civilizacionais, com os lugares esquecidos do mundo desenvolvido. Toda a gente precisa de rumo. Seja qual for a perspectiva, é tempo de cuidar dela, de lhe estimular o futuro e logo de a ajudar a construir o presente.

Deixo aqui em conclusão uma palavra de ânimo aos homens e às mulheres que persistem em viver nas margens do mundo e que acrescentam um ponto ao mapa da humanidade. Presto assim o meu humilde tributo aos bombeiros que foram vitimados ao lutar para salvar a vida de um daqueles homens que sempre viveram em Mourão.

PS/Felgueiras homenageia nove militantes

NOVE camaradas da Secção do PS de Felgueiras foram homenageados no jantar comemorativo do 25 de Abril de 1974, numa celebração da liberdade que contou com mais de meio milhar de participantes.

Os homenageados pela sua militância ininterrupta no partido há mais de um quarto de século foram contemplados com um diploma e uma medalha onde, para além do símbolo do PS, consta o



seu nome, número de militante e a citação “Ser socialista é ser do PS”, atribuída ao fundador do nosso fundador Mário Soares.

Quis a Secção de Felgueiras, no dia em que comemorou o legado que a Revolução dos Cravos deu aos portugueses, agradecer e reconhecer, com aquela distinção, aqueles que de uma forma dedicada se têm mantido ao longo dos anos fiéis aos princípios e ideais do PS.

Sítio do PS/Leiria

A FEDERAÇÃO do PS/Leiria, à semelhança de outras estruturas regionais do Partido Socialista, também já está “on-line” em www.psoleiria.org.

Neste sítio na Internet poderão ser lidos diversos artigos de opinião, reportagens e notícias relativas ao quotidiano e à vida do partido no distrito de Leiria.

Com este novo “site”, o PS/Leiria fica mais próximo dos militantes e dos leirienses em geral.



OPINIÃO



ANTÓNIO GALAMBA
Deputado do PS

Pode a oposição dizer o que entender, pedir mais estudos, mais debates, mais informação, mais de tudo aquilo que não pediram no passado, que os cidadãos do norte de Lisboa, do distrito de Santarém e do distrito de Leiria não se vão distrair

ENTRE DESERTOS E OTÁRIOS...

O SURPREENDENTE registo do debate em torno da construção do novo aeroporto internacional de Lisboa na Ota, aditivado por uma oposição oportunista, incoerente e sem escrúpulos, precisa de ser centrado nas opções técnicas e nas posições políticas. É um debate com, pelo menos, três pontos prévios:

Ponto nº 1 – É espantoso que o líder do PSD possa mudar de posição numa questão estruturante como a da construção do novo aeroporto, sem ser confrontado, em cada intervenção, com as razões da mudança de opinião. Foi o Governo do dr. Durão Barroso, com a preciosa ajuda do ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, que, em 27 de Novembro de 2002 e 24 de Abril de 2003, aprovou o prolongamento do prazo de vigência das medidas preventivas de ocupação na área do novo aeroporto, na Ota. Foi o XV Governo do dr. Paulo Portas e do dr. Carmona Rodrigues que manteve a opção da Ota, que impôs uma penalização a diversos municípios e proprietários em nome de um projecto de interesse público. O eng. Carmona Rodrigues, na veste de ministro, foi mesmo mais longe ao defender em 2004 que importava "... reafirmar muito claramente o seguinte: 1-o projecto do novo aeroporto não foi abandonado, 2-a localização na Ota não está em causa (...) Portugal, no Relatório Van Miert, conseguiu manter o apoio, no âmbito dos empreendimentos prioritários a concluir entre 2007/2020, para o projecto do aeroporto da Ota, integrado na ligação multimodal Portugal/Espanha com o resto da Europa". Agora são todos contra a Ota! Porquê? São estas oscilações de opinião, em função das táticas, que desacreditam a política e os políticos, que afastam os cidadãos e que criam um lastro de progressão para os movimentos marginais anti-sistema. O dr. Mendes, ministro dos Assuntos Parlamentares, que em 27 de Novembro de 2002 assinou, com visto e aprovado, a Proposta de Lei nº 36/IX sobre a prorrogação das medidas preventivas, precisa de encontrar o dr. Marques Mendes, líder do PSD, para o esclarecer desta contradição insanável que o coloca numa incoerência típica de quem está a "pregar no deserto".

Ponto nº 2 - As famosas medidas preventivas, destinadas a impedir a ocupação, uso e transformação do solo nas áreas territoriais mais vocacionadas para a localização do novo aeroporto remontam a 1997, com a localização da Ota e chegaram aos nossos dias sem que o XV e o XVI Governos PSD/PP tivessem invertido essa orientação. O XVI Governo Constitucional do primeiro-ministro Santana Lopes, do ministro Fernando Negrão, do ministro Paulo Portas e do ministro Telmo Correia podia ter alterado a opção de construção do novo aeroporto na Ota. É certo que tiveram pouco tempo de governo, mas entre 17 de Julho de 2004 e 12 de Março de 2005 tiveram os instrumentos governativos para o fazer. As suas posições actuais só podem soar a hipocrisia, populismo e taticismo.

Ponto nº 3 - O que dizem PSD, PP e CDU aos municípios que na Região Oeste e no norte de Lisboa que tiveram o seu desenvolvimento condicionado por um planeamento que pressupôs a construção do aeroporto na Ota, que reservaram corredores de acesso ao novo aeroporto e que estão a rever os seus PDM com o pressuposto de planeamento regional da construção do equipamento. Que poderá dizer o dr. Mendes ao presidente da Câmara Municipal de Óbidos ou ao presidente da Associação de Municípios do Oeste? E o deputado Jerónimo de Sousa que dirá aos presidentes das Câmaras Municipais de Peniche ou do Sobral de Monte Agraço? Que são obcecados com a Ota? Que se o PSD fosse Governo não haveria Ota, que os projectos turísticos aprovados para a Região Oeste, com a criação de cerca de 9000 postos de trabalho são uma obsessão sem sentido? Pode a oposição dizer o que entender, pedir mais estudos, mais debates, mais informação, mais de tudo aquilo que não pediram no passado, que os cidadãos do norte de Lisboa, do distrito de Santarém e do distrito de Leiria não se vão distrair. Como cidadão de uma região que trabalha, com o pressuposto da construção do aeroporto na Ota, há mais de dez anos, jamais aceitei que nos façam de "camelos" ou de "otários". É essa uma garantia de um Estado de Direito responsável, imune às mudanças de opinião dos protagonistas políticos de cada momento. A gelatina política não triunfará.

Apurar a coerência das posições sobre a Ota



MÁRIO Lino vai estar no próximo dia 6 de Junho na Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para explicar as razões do Governo pela opção da construção do futuro aeroporto internacional de Lisboa na Ota.

A presença do ministro resulta de um pedido de audiência requerido pelo CDS/PP, que pretende ainda ouvir as explicações de Mário Lino quanto às suas objecções em incluir a margem Sul como um destino alternativo à Ota.

Este pedido de audiência já mereceu o acordo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo na ocasião o deputado José Junqueiro referido que o PS está aberto a outras iniciativas que se possam vir a realizar no âmbito da Assembleia da República sobre o futuro do aeroporto, admitindo mesmo apoiar um debate em plenário, "se tal vier a ser defendido pela posição".

Reforçando a posição do PS em relação a esta audição requerida pelo CDS/PP, José Junqueiro classificou-a mesmo como de "extrema oportunidade" sugerindo que ela se realize "o mais rápido possível", já que se trata, como sublinhou, de um tema "que merece ser discutido".

Entretanto, e ainda sobre este assunto, a Assembleia da República agendou já a realização de um colóquio, que contará com a presença, para além dos deputados, de um conjunto alargado de técnicos e especialistas, que vão analisar e debater sobre a localização e o financiamento do futuro aeroporto internacional de Lisboa, iniciativa que terá lugar no dia 11 de Junho.

Para José Junqueiro, vice-presidente da bancada socialista, este colóquio responde assim "até por excesso", ao apelo do Presidente da República para que o debate sobre a Ota possa assumir um carácter mais abrangente e aprofundado,

de modo a que se encontrem mais e melhores consensos.

Consensos a que o PS está disposto a estudar e analisar com os partidos da oposição, "com grande tranquilidade e abertura de espírito", disse ainda José Junqueiro, sem contudo abdicar de um conjunto de princípios e de valores pelos quais se tem vindo a bater.

PS questiona líderes da oposição

Através de um requerimento enviado a Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência do Conselho de Ministros, o deputado socialista António Galamba, a propósito de toda a problemática que tem vindo a envolver as questões ligadas à Ota, pergunta se Marques Mendes, Paulo Portas e Carmona Rodrigues participaram, enquanto ministros do anterior Governo liderado por Durão Barroso, nas reuniões dos Conselhos de Ministros em que ficou decidido resguardar os terrenos destinados ao futuro aeroporto da Ota.

A pergunta, ainda segundo Galamba, tem a ver com a necessidade de aquilatar da coerência política de quem ultimamente tanto se tem manifestado contra a escolha da Ota como localização para o futuro aeroporto internacional de Lisboa.

Com efeito, lembra o deputado socialista, foi nas reuniões dos Conselhos de Ministros do XV Governo Constitucional realizados, respectivamente, no dia 27 de Novembro de 2002 e no dia 24 de Abril de 2003, que foi tomada a decisão de salvaguardar os terrenos do futuro aeroporto da Ota, reuniões em que aqueles altos dirigentes partidários participaram enquanto ministros, sendo que "Carmona Rodrigues era mesmo na altura o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações".

Este facto assume para o deputa-

do do PS um carácter determinante para se poder analisar da coerência das posições destes dirigentes partidários, verificando-se "que tiveram uma posição enquanto membros de um Governo e que agora demonstram outra quando aterraram na oposição".

Para se ver até que ponto os dirigentes da oposição andam desorientados em relação à Ota, escreve ainda António Galamba, basta recordar que na reunião do Conselho de Ministros do dia 27 de Novembro de 2002 foi aprovada uma proposta de lei que "autorizava o Governo a prorrogar o prazo de vigência das medidas preventivas de ocupação do solo na área potencial da construção do novo aeroporto internacional de Lisboa por mais três anos".

Medida que visava, esclarece ainda o deputado do PS, "impedir a ocupação, uso e transformação do solo" nas áreas territoriais mais vocacionadas para a localização do novo equipamento aeroportuário e que, por essa via, estabelecia regras que evitavam comprometer ou onerar excessivamente a execução daquele empreendimento que na altura era descrito pelo Governo de Durão Barroso, "como de relevante interesse público".

Finalmente, refere ainda António Galamba, para se poder estimar a extraordinária cambalhota que quer o PSD, quer o CDS/PP deram quanto à questão da Ota, basta consultar o comunicado saído dessa reunião do Conselho de Ministros, onde se considerava "necessário e indispensável prosseguir e aprofundar os estudos relativos à elaboração, desenvolvimento, implantação e operacionalidade do novo aeroporto internacional da Ota", para vermos até que ponto os partidos da oposição "andam de cabeça perdida, sem qualquer rumo ou estratégia definida quanto ao futuro aeroporto de Lisboa". **R.S.A.**

MIGUEL FREITAS, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

“Determinação e coesão são os segredos deste Governo”

O presidente da Federação do Algarve, Miguel Freitas, faz um balanço “muito positivo” dos dois anos do actual Governo, sustentando que “na determinação e na coesão estão os segredos” do Executivo liderado por José Sócrates. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Miguel Freitas refere ainda que à frente da Federação tem dado uma especial atenção à “renovação e formação” e procurado “alargar a nossa base de apoio”, no âmbito das acções das Novas Fronteiras, e considera que José Apolinário tem todas as condições para conseguir fazer um bom mandato à frente da Câmara Municipal de Faro.

J. C. CASTELO BRANCO

O que é que a sua liderança trouxe de novo à Federação do Algarve?

Cada equipa procura dinamizar o partido à sua maneira sem que se perca o património do muito que foi sendo feito ao longo dos anos. Organização interna, abertura do partido e acção política concreta são as nossas prioridades. Temos dado uma especial atenção à renovação e formação e procurado alargar a nossa base de apoio, dialogando com muitos simpatizantes, através das acções no âmbito das Novas Fronteiras.

Além disso, criei um Conselho Consultivo com 60 individualidades da região. A primeira discussão temática que tivemos foi sobre qualificação de onde saiu a ideia da criação de um Conselho Regional de Educação e Formação, acolhido de forma entusiástica pelo Governo. Fortalecer o partido e dialogar com resultados, eis o que pretendemos.

De que forma é que se tem processado a renovação dos órgãos da Federação?

Desde logo, num movimento que tem vindo a ser feito ao nível da Comissão Política da Federação, em que mais de 50 por cento dos membros são novos, tendo pela primeira vez cerca de 40 por cento de mulheres. O Secretariado, onde hoje existe paridade, também foi profundamente

renovado, já que uma parte dos membros do anterior saiu para outras funções dentro do partido. Mas é nas concelhias onde a alteração é mais profunda, com muitos jovens quadros a assumir a sua presidência.

Que iniciativas têm sido promovidas nos últimos tempos pela Federação?

Temos três níveis de acção. O nosso Fórum Autárquico que vai já para a quarta edição, com grande mobilização de autarcas e contributos de alto nível para a nossa política local. A Universidade Meridional, para dar formação aos nossos militantes sobre as grandes questões políticas nacionais e internacionais. Na primeira sessão tivemos os ministros Teixeira dos Santos e Vieira da Silva a falar-nos das reformas do Estado e da Segurança Social e João Cravinho e o conselheiro da Economia de Andaluzia com quem discutimos política regional. A próxima sessão será em Outubro e Novembro deste ano. Finalmente, o Conselho Consultivo e as Novas Fronteiras para diálogo com os nossos simpatizantes e os principais protagonistas regionais.

E que acções estão previstas a curto prazo?

O Fórum Autárquico vai ser a acção que se segue, sobre a nova geração de políticas autárquicas, numa iniciativa com o apoio da



“Creio que neste momento existe já uma forte sensibilidade ambiental por parte dos nossos autarcas. Eles sabem que o futuro dos seus concelhos passa por um desenvolvimento com qualidade dos seus munícipes”

ANA/PS e do Secretariado Nacional e participação de autarcas de todo o país. Vamos discutir o pacote da descentralização e simplificação na administração local e as políticas de ordenamento do território. Também as questões do associativismo municipal, assunto muito sensível para o Algarve, estarão sobre a mesa.

Como tem decorrido o diálogo

com os autarcas socialistas da região?

O diálogo com os autarcas da região é muito bom e fluído. Reúno com os presidentes de Câmara do PS, em geral, antes das reuniões da AMAL e sempre que há grandes decisões a tomar no partido. Creio que temos que melhorar a nossa relação, em conjunto com as concelhias, nos sítios onde somos oposição. Aqui

é sempre mais difícil encontrar um modelo de funcionamento. Mas sempre que há acções de diálogo directo com os nossos camaradas com funções governativas, também os primeiros vereadores desses concelhos são chamados a participar.

No Algarve são de todos conhecidos os atentados urbanísticos que têm sido perpe-



“O avanço da Barragem de Odelouca, a decisão de avançar com o Hospital Central do Algarve, a manutenção da Via do Infante sem portagens e o alargamento da rede de equipamentos sociais, com especial destaque para o apoio à primeira infância, são exemplos de boas decisões para a região”

trados ao longo dos anos com o aval dos autarcas de todos os quadrantes. A Federação vai ter em conta na avaliação dos candidatos socialistas às próximas eleições autárquicas a sua postura face a questões tão importantes nesta região, tais como o ordenamento do território, o desenvolvimento sustentável, o ambiente e a não cedência aos lóbis da construção civil, entre outras?

Creio que neste momento existe já uma forte sensibilidade ambiental por parte dos nossos autarcas. Eles sabem que o futuro dos seus concelhos passa por um desenvolvimento com qualidade de vida dos seus munícipes. É verdade que foram cometidos muitos erros, erros que certamente é bom que não se repitam. Muitos dos autarcas socialistas estão a avançar com Agendas Locais 21, proposta que tínhamos no nosso programa eleitoral. Espero que, durante este mandato, a maior parte das nossas autarquias possam vir a adoptar modelos de

desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos.

Que análise faz da gestão do nosso camarada José Apolinário à frente da Câmara de Faro?

Tem um grande desafio pela frente que certamente conseguirá ganhar. A Câmara de Faro tem alguns problemas estruturais que é preciso ultrapassar. José Apolinário tem grande experiência política, sabedoria e conhecimento para conseguir fazer um bom mandato. A cidade começa a mexer, está mais limpa e mais bonita. Os serviços estão a ser mais eficazes na resposta aos cidadãos. Faltam projectos com visibilidade. Sei que ele está a trabalhar para que surjam. Projectos administrativos do Estado, como a Loja do Cidadão e projectos empresariais. Outra marca importante é o trabalho que tem vindo a desenvolver no âmbito do apoio à infância. Não tenho dúvida que ele vai conseguir.

“A reforma da Segurança Social, o apoio aos mais idosos e mais necessitados, a simplificação da relação entre o Estado e os cidadãos, a ideia da qualificação para a competitividade, expressa no programa Novas Oportunidades, são marcas de esquerda”

Que balanço faz destes dois anos de governação socialista? Quais os pontos fortes e fracos?

Balanço muito positivo. Na determinação e na coesão estão os segredos deste Governo. E no grande primeiro-ministro que temos. Creio que todos os militantes do PS estão orgulhosos do trabalho feito, no ímpeto reformista que tem havido e na coragem de decisões muito difíceis de tomar. Creio que o tempo e a explicação de algumas medidas, uma certa imagem de tecnocracia que passa algumas vezes e a dificuldade em encontrar políticas que equilibrem as dinâmicas dos territórios do interior, são ainda questões que têm de ser resolvidas.

Que marcas de esquerda tem deixado este Governo?

A reforma da Segurança Social, o apoio aos mais idosos e mais necessitados, a simplificação da relação entre o Estado e os cidadãos, a ideia da qualificação para

a competitividade, expressa no programa Novas Oportunidades, são marcas de esquerda.

E no que respeita em concreto às medidas tomadas pelo Governo em relação à região do Algarve?

O avanço da Barragem de Odelouca, a decisão de avançar com o Hospital Central do Algarve, a manutenção da Via do Infante sem portagens e o alargamento da rede de equipamentos sociais, com especial destaque para o apoio à primeira infância, são exemplos de boas decisões para a região.

Há alguma mensagem em especial que gostasse de deixar aos militantes do PS do Algarve?

Uma mensagem de gratidão. Quero agradecer a confiança que tenho sentido dos militantes. Em todas as circunstâncias tenho sentido grande confiança no rumo que temos estado a seguir.

Novas Oportunidades espreitam no Algarve



A MINISTRA da Educação foi ao Algarve explicar o programa Novas Oportunidades, num debate que decorreu na sede do NERA, em Loulé, onde defendeu ser necessário aumentar os níveis de qualificação da população para que o país se torne mais competitivo.

No debate, organizado pelo PS/Algarve, a pretexto da proposta para a criação de um "Projecto Educativo Regional", Maria de Lurdes Rodrigues sublinhou que o programa Novas Oportunidades visa dar resposta política a dois desafios: colocar o secundário como um nível de ensino para todos e recuperar o atraso nos níveis de qualificação da população adulta activa.

A ministra da Educação referiu que "uma percentagem elevada dos adultos activos têm baixas qualificações, não por falta de oportunidade de estudar, mas porque tiveram insucesso escolar", acrescentando ser o insucesso escolar que "alimenta o mercado de trabalho com activos desqualificados".

Por sua vez, Luís Correia, em representação do ensino secundário, considerou que o programa pode ter resultados futuros positivos, mas apontou questões a melhorar no processo, como o "alargamento da rede de psicólogos escolares

para haver uma maior adaptação das ofertas às competências", bem como a "articulação das várias matérias, de acordo com as necessidades das várias regiões" e ainda a "consciencialização da sociedade daquilo que representa a formação profissional", sendo esta última ideia também defendida por Adriano Pimpão, em representação do ensino superior.

Já o empresário Vítor Neto salientou que o Algarve tem "um tecido empresarial cada vez mais frágil e uma estrutura de emprego precária" e questionou o "porquê" das empresas investirem na formação de novos quadros "se depois os formados optam pela emigração".

O debate foi alargado ao público presente, composto, na maioria, por professores, jovens estudantes e empresários, que colocaram as dúvidas directamente à ministra da Educação.

Os números do Algarve

Segundo dados da Delegação Regional do Algarve do Instituto de Emprego e Formação Profissional, de Janeiro a Março de 2007, inscreveram-se na região para Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) Escolar (nível básico até ao 9º ano)

260 adultos, dos quais 131 iniciaram o processo de reconhecimento, já estão certificados 94 e 41 foram encaminhados para soluções formativas.

Para o RCCV profissional inscreveram-se 51 adultos, dos quais 100 iniciaram o processo de reconhecimento e oito já se encontram certificados.

Está em fase de implementação o RCCV para o nível secundário (até 12º ano) e já se encontram inscritos 1225 adultos.

No que respeita às acções de formação para dupla certificação, existem actualmente 347 formandos nos cursos de Educação e Formação de Adultos, 203 formandos nos cursos de Educação e Formação de Jovens e 584 formandos em aprendizagem.

Recorde-se que a criação do programa Novas Oportunidades visa dar uma nova oportunidade aos adultos activos de alcançarem qualificação profissional e proporcionar aos jovens mais opções de escolha para a formação numa profissão futura.

A dupla certificação, profissional e escolar, também é de grande importância actualmente e, por isso, foram criados nas escolas secundárias, a nível nacional, 500 novos cursos deste tipo, que já receberam cerca de 15 mil alunos.

CONCELHIA DE SILVES DEBATEU INCÊNDIOS FLORESTAIS NO ALGARVE

NUMA organização da Concelhia de Silves do PS, teve lugar no passado dia 26 de Maio, em S. Bartolomeu de Messines, um debate público sobre os incêndios florestais no Algarve, que contou com um painel de quatro oradores, moderado pelo ex-delegado distrital da Protecção Civil Reis Luís.

Tendo presente o lema "Algarve sem fogos, um desejo de todos", do debate resultou a afirmação da importância da floresta algarvia para o desenvolvimento rural e também para o turismo, a necessidade do reforço da capacidade de intervenção do associativismo florestal algarvio, bem como a preocupação emanada das dificuldades de adesão dos proprietários às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), o que poderá condicionar esta solução para a gestão activa da floresta na propriedade privada em algumas zonas do Algarve.

Na sua intervenção, o presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, defendeu a criação de uma estratégia regional para as florestas algarvias.

Por sua vez, o presidente da Câmara Municipal de Aljezur, Manuel Marreiros, salientou a importância da participação dos municípios quer na prevenção quer no apoio ao combate aos incêndios florestais.

E Paulo Reis, em representação da Associação Viver Serra, frisou o papel que as organizações de produtores florestais têm na sensibilização dos proprietários florestais e na promoção das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

Já o comandante Distrital de Faro (ANPC), Vítor Vaz Pinto, afirmou que o Algarve dispõe de uma força com capacidade suficiente para o ataque inicial musculado aos fogos nascentes durante o Verão.

O técnico do Grupo Parlamentar do PS para a floresta, Miguel Galante, destacou a necessidade da preparação de uma estratégia integrada de prevenção dos incêndios florestais, com prioridade para os concelhos do Barlavento Algarvio (Silves, Monchique, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos), que promova o envolvimento dos agentes locais e que permita um melhor aproveitamento dos fundos do Programa de Desenvolvimento Rural e Fundo Florestal Permanente.

DEPUTADOS PERTO DOS PROBLEMAS DA REGIÃO

OS DEPUTADOS socialistas Aldemira Pinho, Jovita Ladeira, Hugo Nunes, David Martins, Esmeralda Ramires e Manuel José Rodrigues têm vindo a desenvolver um conjunto alargado de iniciativas na região, que tem incluído visitas a alguns concelhos e a realização de reuniões de trabalho com várias entidades de dimensão regional e capacidade executiva.

De destacar a deslocação ao município de Aljezur, com a realização de visitas para acompanhamento de alguns dos projectos do concelho e a realização de uma reunião de trabalho com o Executivo camarário, bem como uma visita a Castro Marim, onde decorreu uma reunião de trabalho com autarcas eleitos pelo PS, tendo ficado agendada uma nova visita ao concelho; e ainda uma visita a Vila Real de Santo António para acompanhamento das obras de requalificação da zona ribeirinha, da responsabilidade do Instituto Português de Transportes Marítimos.

Ao nível do acompanhamento de projectos de dimensão e interesse regional realizaram-se várias reuniões de trabalho. O acompanhamento do processo de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), aprovado em Conselho de Ministros no dia 24 de Maio, esteve na origem de várias reuniões com a CCDR/Algarve.

No âmbito do abastecimento e saneamento, os parlamentares socialistas reuniram com a Administração das Águas do Algarve SA, para fazerem não só um ponto de situação da Barragem de Odelouca e dos actuais sistemas multimunicipais de abastecimento e saneamento, e a respectiva cobertura regional, mas também para abordarem o futuro da empresa.

Os deputados algarvios em exercício na Assembleia da República realizaram também reuniões com a Administração Regional de Saúde (ARS Algarve), Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve (ACRAL), Globalgarve, Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve (AREAL) e com a Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve (Almargem).



O PS NO ALGARVE

FEDERAÇÃO

Presidente

Miguel Freitas

Comissão Política

José Apolinário N. Portada
 António F.V. Pina
 Jamila Madeira
 Luís Carito
 Sérgio Viana
 Maria José Mestre
 Augusto Miranda
 Paulo J.C. Reis
 Isilda Gomes
 Álvaro Araújo
 Fernando Anastácio
 Esmeralda Ramires
 Pedro Oliveira
 Carlos M.G. Santos
 Maria Margarida Martins
 Nuno Louzeiro Silva
 Manuel Almeida Martins
 Sónia C.R.P.G. Melo
 José Marreiros Marques
 Francisco Oliveira
 Rosa Maria R Cabrita
 Luís Encarnação
 José Galrito
 Gisela Lima
 José Correia Martins
 José Lucas Gonçalves
 Telma B.J. Leonardo
 Carlos Bruno Almeida
 Víctor G. Faria
 Ricardina P.A. Jesus
 Luís J.M. Guerreiro
 João Manuel G. Marques
 Carla Maria G. Ponte
 João Henrique Pereira
 Alina Mariani
 Cláudia Navarro Simões
 Luís M.R. Fernandes
 João Martins
 Carla A.M. Antunes
 Sérgio Nicolae S M Santos
 Humberto J.L. Puga
 Ana Cristina Linhares
 João Macedo Rodrigues
 António Marreiros Gonçalves

Ana Sofia Belchior Silva
 Lourdino Marques
 Carlos Costa
 Licínia Rodrigues
 Hilário Viegas
 Carlos Alberto
 Marlene Guerreiro
 Paulo Neves
 Joaquim Brandão Pires
 Melissa Domingos
 Mário Nunes Gonçalves
 António Porfírio Maia
 Nídia Amaro
 Ernesto Nobre Ramos
 Eduardo Dias
 Isabel C.A. Guerreiro
 Nuno Aires
 Joaquim Castelão Rodrigues
 Sara Gomes Brito
 Rui Lourenço
 Joaquim Teixeira

Membros da JS na Comissão

André Gomes
 Frederico Vieira
 Nélio Gonçalves
 Ricardo Luz
 Márcio Viegas

Mesa

Presidente

António Pina

Gisela Lima
 Joaquim Teixeira

SECRETARIADO

Sérgio Viana
 Maria José Mestre
 Fernando Anastácio
 Sónia C.R.P.G. Melo
 Telma B.J. Leonardo
 Paulo Neves
 António Porfírio Maia
 Isabel C. A Guerreiro
 Rui Lourenço
 Joaquim Castelão Rodrigues

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

Fernando V.V. Cabrita
 Carlos A.R. Santos
 Anabela Simão C. Rocha
 Henrique Nogueira Mira
 Carlos Miguel S. Costa
 Carolina Maria M.L. Ribeiros
 Jorge M. Marques Pereira

COMISSÃO FEDERATIVA DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Manuela Neto
 João G.C. Martins
 Paulo J.L.T. Morais
 Lisandra Rua
 Fernando Domingos Santos

PRESIDENTES DAS CONCELHIAS

ALBUFEIRA

Vítor Clemente Silva

ALCOUTIM

Francisco Alho Xavier

ALJEZUR

José Manuel Amarelinho

CASTRO MARIM

Luís Guilhermino Anacleto

FARO

João Falcão Marques

LAGOA

Hugo Silva

LAGOS

Paulo Morgado

LOULÉ

Hugo M G Nunes

MONCHIQUE

Carlos A S Tuta

OLHÃO

António Miguel Pina

PORTIMÃO

Manuel da Luz

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

António Eusébio

SILVES

Lisete Romão

TAVIRA

Jorge Botelho

VILA DO BISPO

José Marreiros Marques

VILA REAL S. ANTÓNIO

Álvaro Araújo

JUVENTUDE SOCIALISTA

Comissão Política Federativa

André Gomes
 Luís Miguel Neves
 Ricardo Luz
 Andreia Bernardo
 Márcio Viegas
 Telma Veríssimo

Vanessa Lopes
 Andreia Lucas
 Célia Rodrigues
 Joana Guinote
 Raquel Brito
 Alexandre Gonçalves
 Fábio Silva
 Estela Belchior
 Dário Branco
 Marcos Pessoa
 Jorge Cadete
 Ivo Carvalho
 Fábio Mourinho
 Hugo Rosário
 Ana Clara Duarte
 Andreia Fino
 Sónia Filipe

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

Vera Sustelo
 Inês Pereira
 Ricardo Sancho
 Patrícia Coutinho
 Hugo Gomes

MULHERES SOCIALISTAS

Coordenadora

Aldemira Pinho

Secretariado Executivo

Margarida Martins
 Esmeralda Ramires
 Maria Emília Teixeira
 Ana Figueiredo

Conselho Consultivo

Isabel Guerreiro
 Margarida Martins
 Esmeralda Ramires
 Sara Brito
 Rita Olivença
 Ricardina Jesus
 Dora Olival
 Nídia Amaro
 Maria Emília Teixeira
 Ana Sofia Silva
 Carla Antunes
 Juvenália Bentes
 Ana Figueiredo
 Ilda Silva
 Josélia Gonçalves
 Maria Herculana Lopes



O PS NO BAIXO-ALENTEJO

FEDERAÇÃO

Presidente

Luís Pita Ameixa

COMISSÃO POLÍTICA

Inerentes

Albano Graça de Almeida
Álvaro José Pato Azedo
Amâncio Mendes Piedade
Aníbal Sousa Reis Costa
António Camilo Coelho
António José Patinho Pereira
Carla José Candeias Lança
Carlos Manuel Inácio Figueiredo
Duarte Freitas de Sousa
Fernando Joaquim Galhano Viola
Fernando Jorge Castanho Silva Romba
Francisco António Orelha
Francisco José N. Gabriel Bossa
João de Deus Cabral Cordovil
João Manuel Tasquinha Covas
Joaquim António Rasgadinho Santos
Joaquim Maria Galhano Viola
Jorge Manuel Fernandes Coelho
Jorge Pulido Valente
José Carlos Fernandes Durão
José Saramago Ferreira Camacho
Leandro José Almeida Gonçalves
Luís Abílio da Conceição Cacito
Luís Manuel Matos Barradas
Luís Maria Santa Rita
Marcos Perestrello
Mário Avelino Silva Martins
Paulo Jorge Lúcio Arsénio
Pedro Miguel Antunes Ferreira
Pedro Nuno Raposo Prazeres do Carmo
Ricardo Filipe Nobre Campos M. Cardoso

Eleitos

Alberto Cunha
Alberto Rego
Ana Rute Sousa
Aníbal Coelho da Costa
António Afonso
António Barros
António Eduardo Silva
António Figueira
António J. Paulino
António Loução
António Marciano
António Mendes Pinto
António Paiva
António Peleija
António Prego Ramalho
António Teixeira
Arlindo Costa
Carlos A. Pereira
Carlos Calhau
Cláudia Nota
Conceição Casa Nova
Domingos Romba
Edgar Faustino
Fátima Ourives

Fernanda Romba Martins
Fernando Teixeira Guerreiro
Filipe Palma
Francisco Arvanas
Francisco Mestre
Francisco Simão
Gavino Paixão
Gertrudes Conceição
Hélder Guerreiro
Henrique Gama
Joana Palminha
João Alberto Fragoso
João Dinis
João Pina Manique
Joaquim Palma
Jorge Parente
Jorge Raposo
Jorge Rosa
José Carias
José Carlos Albino
José Eduardo Lança
José Fernando Mendes
José Germano Silvestre
José Guerra
José Maria Aniceto
José Nicolau
Luís Alberto Cacito
Manuel Francisco Espada
Manuel Maduro
Manuel Masseno
Noel Farinho
Paulo Pisco
Rui Cabrita
Rui Sousa Santos
Sandrina Piteira
Silvino António
Tito Batalha
MS - Romana Romão
JS - António Gatinho
JS - Bruno Sustelo
JS - João Ribeiro
JS - Luís Custódio
JS - Nelson Brito

CONSELHO CONSULTIVO DA FEDERAÇÃO

Presidente

Manuel Masseno

Albano Almeida
Albertino Ribeiro
Amâncio Piedade
Aníbal Costa
Carlos Durão
Casteleiro de Goes
Domingos Guerreiro
Inácio Serranito
Isabel Martins
José Sebastião de Brito
Luís Cacito
Manuel Alfaiate
Manuel Trindade dos Reis
Maria Valente Garcias
Miguel Bule

PERMANENTE DA FEDERAÇÃO

António Loução
Arlindo Costa
Fernando Romba
João Fragoso
José Carias
José Fernando
José Nicolau

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

Presidente

Luís Cacito

Augusto Candeias
Ricardo Martins
Joaquim Garrido
Zulmira Gama
José Moleiro
Joaquim Cerejo

COMISSÃO FEDERATIVA DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Presidente

José Camacho

Francisco Baptista
Vasco Cordeiro
António Cachopo
Manuel Ribeiro

GABINETE DE ESTUDOS DA FEDERAÇÃO

Presidente

José Guerra

SECRETARIADO DA FEDERAÇÃO

António Loução
Arlindo Costa
Carlos Calhau
Fernando Romba
Francisco Orelha
Hélder Guerreiro
Joana Palminha
João Fragoso
José Eduardo Lança
José Fernando
José Guerra
José Carias
José Nicolau
Noel Farinho
Rui Sousa Santos
António Gatinho - JS
Romana Romão - MS

PRESIDENTES DE CONCELHIA

Aljultrel

Nelson Brito

Almodôvar

Rui Cabrita

Alvito

Joaquim Santos

Barrancos

Conceição Casa Nova

Beja

Paulo Arsénio

Castro Verde

Leandro Gonçalves

Cuba

Luís Santa Rita

Ferreira do Alentejo

Aníbal Reis Costa

Mértola

Mário Martins

Moura

Álvaro Azedo

Odemira

Ricardo Cardoso

Ourique

Pedro do Carmo

Serpa

António Pereira

Vidigueira

Mendes Pinto

JUVENTUDE SOCIALISTA

SECRETARIADO

Coordenador

António José Vargas Gatinho

João Manuel Ribeiro
César António Silva Galaio
Luís Diogo Corôa Custódio
Bruno Miguel Palma Sustelo
Nelson Domingos Brito
Mário Jorge da Silva Pontes
Fábio Domingos Brito
Ana Sofia do Carmo Piteira

COMISSÃO POLÍTICA DA FEDERAÇÃO

Presidente

Cláudia Sofia Sustelo Nota

António Miguel Catarino Góis
Isabel Cristina S.R. Barriga
Cristiana Romão Mestre
Ricardo Filipe dos Santos Reis
Sérgio Filipe R. Palma Engrácio
Maria de Fátima Barreto de Oliveira
Ricardo Jorge Vilhena da Cruz Guerreiro
Carlos Miguel Guerreiro da Costa Lopes
Daniel Emídio Assunção Charrua
Pedro Miguel da Conceição Guiomar

João José Gonçalves B.M. Rodrigues
Carla Alexandra Vilhena do Pereiro
Sandra Sidónia da Silva Canudo
Vânia Cristina Ramos Lemos
Clara Isabel Fagulha Morais
Liliana Patrícia Mestre Ramos
Vitor Miguel dos Frangãos São Pedro
Hugo Samuel Alves Simão

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

Presidente

Celso António Serra

Sandra Cristina Basílio
Márcio Manuel Rodrigues Pereira
Pedro do Carmo Alves Simão
José António Maltez Heleno

DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS

CONSELHO CONSULTIVO

Efectivas

Maria Zulmira Alves R.C.A. Gama
Cesaltina Santa Barbara
Maria da Graça Gois Belchior Fernandes
Maria da Conceição G. Casa Nova
Carla Marisa Cruz da Silva
Idalina Artur Elias Batalha
Maria Alice S. Domingues. Garcias
Maria da Conceição L. B. Margalha
Maria de Lourdes G. G. da C. Cacito
Manuela Rosa O. Santos Marciano
Ana Sofia Santos Brito André
Sónia Cristina Afonso Nascimento
Cláudia Sofia Bicho Palma
Ana Rute Beringel de Sousa
Maria Fernanda Romba Ada Silva Martins
Antónia Joaquina S. Marques Brazio

Suplentes

Maria Augusta Madureira
Laura Carla Silva Fernandes
Filomena da C. Salgueiro S.L. Sardica
Ana Filipa Guerreiro Gamito
Maria Alice Lino Fialho
Ana Mafalda Machado Batista
Cláudia Campos Lourenço
Dulce Conceição Redes Coelho Ramos

SECRETARIADO

Maria Zulmira Alves R. C. A. Gama
Idalina Artur Elias Batalha
Maria Alice S. Domingues. Garcias
Ana Rute Beringel de Sousa

Rectificação

POR lamentável erro de paginação, na última edição do "Acção Socialista" os órgãos da Federação do Baixo-Alentejo saíram com vários erros e omissões, pelo que apresentamos as nossas desculpas aos leitores e aos camaradas desta federação. Assim, publicamos neste número os diversos órgãos desta estrutura, liderada pelo camarada Pita Ameixa.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

É, pois, inquestionável o facto de se viver, hoje, num clima completamente diferente daquele que se vivia quando este Governo tomou posse há dois anos atrás. O país está a mudar e as condições criadas, por implementação de medidas concretas e devidamente focadas, estão, na verdade, a fazer aparecer os resultados

REGRESSO AO FUTURO

O DISCURSO da tanga introduzido por Durão Barroso no início do seu mandato enquanto primeiro-ministro de Portugal teve, como sabemos, consequências muito negativas para o nosso país. De facto, o estado depressivo da nossa economia e o pessimismo dos portugueses estiveram relacionados, nessa altura, em certa medida, com essa estratégia de comunicação política adoptada pelo PSD e pelo seu líder.

Quando o Governo liderado por José Sócrates tomou posse, tinha esse grande desafio pela frente: contrariar o ambiente negativo generalizado que se vivia no país e que tinha impactos extraordinariamente desfavoráveis em todos as áreas: na captação de investimentos, na criação de empresas e de emprego, no crescimento económico.

Muitas medidas foram tomadas, vários projectos foram iniciados de forma devidamente articulada no sentido de dar um novo rumo à situação do país e de se criar em Portugal um ambiente mais favorável de crescimento, sem pôr em causa a coesão social. O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Nacional de Emprego, o Plano Tecnológico, o Simplex, o Plano de Estabilidade e Crescimento, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado ou o QREN são alguns dos exemplos de instrumentos que, alinhados com os objectivos inerentes à Estratégia de Lisboa, pretendem dar a volta à situação.

Passados dois anos do início da governação socialista, as coisas estão bem diferentes. Felizmente, para melhor, como reconhecem várias organizações, insuspeitas, por esse mundo fora. O indicador de Clima Económico atingiu em Abril o nível mais elevado dos últimos 12 meses, tendo-se situado, segundo a Comissão Europeia, nos 101,6 pontos; Portugal foi considerado Top Reformer pelo Banco Mundial pelos resultados obtidos com o novo processo de criação de novas empresas, tendo resultado numa subida de cinco lugares no ranking Doing Business; Portugal subiu quatro lugares no índice The Lisbon Review 2006 do World Economic Fórum que mede o grau de implementação das medidas inerentes à Estratégia de Lisboa nos países da UE25; Portugal subiu três lugares no Ranking Europeu de Disponibilização de Serviços públicos *on-line* e é o 3º país da UE, segundo o relatório i2010 - Annual Information Society Report 2007, em termos da percentagem de serviços públicos básicos, para empresas, totalmente disponíveis *on-line*; Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, reconheceu recentemente como positivo o que o Governo está a fazer em matérias de segurança social, formação profissional e formação contínua ao longo da vida. Portugal é hoje procurado por grandes empresas de base tecnológica para avultados investimentos em áreas de ponta. A CISCO Systems vai investir 36 milhões de euros num centro de operações de vendas em Lisboa e a Nokia Siemens Networks inaugurou um novo centro de inovação mundial em Aveiro, num investimento de 23 milhões de euros.

É, pois, inquestionável o facto de se viver, hoje, num clima completamente diferente daquele que se vivia quando este governo tomou posse há dois anos atrás. O país está a mudar e as condições criadas, por implementação de medidas concretas e devidamente focadas, estão, na verdade, a fazer aparecer os resultados. Há, no entanto, um longo caminho a percorrer e um árduo e sustentado trabalho a desenvolver. É exigida persistência, determinação e inteligência. Descer foi fácil! Subir é muito mais difícil. O discurso da tanga foi o mais fácil, com resultados rápidos mas que se revelaram péssimos para Portugal! Contrariar esse discurso é bem mais difícil, demora mais tempo mas é, sem dúvida, o melhor caminho. O único caminho, aliás, para que possamos regressar ao futuro!

Governo assina com empresa espanhola investimento de 140 milhões de euros para Mira

O GOVERNO português, através do Ministério da Economia e Inovação, e a empresa espanhola Pescanova assinaram um contrato de investimento no valor de 140 milhões de euros, a realizar em duas fases durante os próximos quatro anos, tendo em vista a criação na região de Mira, no distrito de Coimbra, de uma das maiores e mais modernas unidades do mundo para a criação de pregado em sistema de aquacultura.

Considerado pelo Executivo liderado por José Sócrates como um Projecto de Interesse Nacional (PIN), este projecto, que deverá entrar em funcionamento em 2008, produzirá, numa primeira fase cerca de sete mil toneladas por ano de pescado, maioritariamente destinadas à



exportação, passando mais tarde, numa segunda fase, para as dez mil toneladas ano. Esta nova unidade criará 300 postos de

trabalho directos e contará ainda com um investimento, por parte do Estado português, em cerca de 40 milhões de euros. **R.S.A.**

Zorrinho defende criação de Capital Europeia da Inovação

O COORDENADOR nacional do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho, defendeu no dia 21, em Guimarães, que, tal como sucede com as capitais europeias da Cultura, deveria ser criada uma Capital Europeia da Inovação.

Segundo Carlos Zorrinho, “uma Capital Europeia da Inovação deveria incentivar a investigação e a inovação nas diversas regiões europeias” e apontou o exemplo de Guimarães, lembrando que se perspectiva já a cria-

ção de um laboratório vivo naquela região do Minho.

Zorrinho, que falava durante o seminário europeu de “Living Labs”, no Centro Cultural de Vila Flor, organizado pelo Gabinete Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, pelo IAPMEI e pela Universidade do Minho, disse que este evento visa contribuir para a criação de uma cultura de inovação em Portugal.

Por sua vez, o secretário de Estado

da Economia e Inovação, António Castro Guerra, defendeu que o desenvolvimento integrado de Portugal passa por três pilares: o conhecimento, a tecnologia e a inovação. Para em seguida sublinhar sublinhando que “a conjugação destes factores está associada à modernização empresarial e ao aparecimento de um novo modelo de crescimento económico”.

Este seminário insere-se no processo de preparação de Portugal para a presidência da União Europeia.

Socialistas querem colocar Sardoal no mapa do desenvolvimento

NUMA iniciativa conjunta da Federação de Santarém e da Concelhia do Sardoal do PS, realizou-se no passado dia 26 de Maio, no auditório do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, dois debates-conferências, que contaram com a presença do secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, que abordou a temática “Nova Lei das Finanças Locais e o Desenvolvimento Regional”, e do secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Fernando Medina, que desenvolveu o tema do “Emprego e Formação Profissional”, com particular enfoque no programa Novas Oportunidades.

No encerramento do debate, o presidente da Concelhia socialista, Fernando Vasco, adiantou



que “mais iniciativas, com esta qualidade, irão acontecer no Sardoal”, de forma a “credibilizar a oposição do PS como alternativa ganhadora nas próximas eleições autárquicas”.

“Trabalharemos todos os dias para merecer a confiança dos sardoalenses e com a ajuda de todos, em 2009 cá estaremos, com o nos-

so projecto de desenvolvimento, de inovação, de apoio aos jovens e aos idosos, com a convicção profunda de que conseguiremos colocar o Sardoal no mapa da cidadania e do desenvolvimento”, acrescentou.

Estiveram presentes, para além dos oradores, o presidente da Federação de Santarém, António Rodrigues, a vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS na AR, Sónia Mendes, os deputados Nelson Baltazar e Fernanda Asseiceira, Luís Carvalho, chefe de Gabinete de Eduardo Cabrita, Carlos Catalão, chefe de Gabinete do governador civil, a presidente das Mulheres Socialistas do Distrito de Santarém, Anabela de Freitas, bem como vários presidentes de concelhias, autarcas do Sardoal e de outros concelhos.

Novo PRIME aprovou incentivos de 1,7 mil milhões de euros



A ADESÃO das empresas ao Novo PRIME saldou-se por um enorme êxito. Os 1,7 mil milhões de euros de incentivos às empresas aprovados no âmbito deste programa, que vigorou entre Julho de 2005 e Dezembro de 2006, permitiram investimentos da ordem dos 8 mil milhões.

Nelson de Souza, gestor do PRIME, apresentou no dia 23, no auditório Nersant, em Torres Novas, um balanço da aplicação de incentivos do programa que o actual Governo lançou três meses depois de ter tomado posse e que permitiu às empresas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) voltarem a ter acesso aos incentivos que haviam sido suspensos pelos anteriores executivos da direita na sequência da saída da região do grupo das mais desfavorecidas da União Europeia.

Nelson de Souza realçou o facto de o Governo estar a “prestar contas”,

considerando que o Novo PRIME, concretizado na fase final do IV Quadro Comunitário, constituiu um “balão de ensaio” para o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que vai vigorar até 2013.

O programa anunciado há quase dois anos previa a concessão de 1,5 mil milhões de euros de incentivos nas áreas da inovação, internacionalização e formação, realçando Nelson de Souza o facto de, em 2006, terem sido aprovados mais incentivos para a formação que nos seis anos anteriores, ou seja 52 milhões de euros contra os 9 milhões anteriores.

O gestor do programa sublinhou ainda a redução do tempo médio de decisão, que passou de 166 dias no período 2000/2005 para 124 dias em 2006, passando a ser cumpridos os prazos dos regulamentos.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo

(que inclui Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Lezíria e Médio Tejo) foram aprovados 843 projectos no âmbito do Novo PRIME, a que corresponderam 207 milhões de euros de incentivos para 1177 milhões de euros de investimentos, estando aqui incluídos os 500 milhões de euros da Autoeuropa, disse.

E acrescentou que sem contabilizar os cinco projectos do regime contratual, nos quais se inclui a Autoeuropa, a região recebeu 126 milhões de euros de incentivos para investimentos de 431 milhões de euros.

Nos concelhos do distrito de Santarém, a que correspondem as unidades territoriais para fins estatísticos da Lezíria e do Médio Tejo, foram aprovados 116 projectos, num total de 19 milhões de euros de incentivos para investimentos de 67 milhões de euros.

Governo garante metro até Gondomar

A CIDADE de Rio Tinto, por decisão do Governo, vai passar finalmente a ser servida pela rede de Metro do Porto.

Ao fim de 13 anos de impasse e promessas não cumpridas, lembra Arménio Martins, presidente da concelhia do Partido Socialista de Gondomar, a cidade de Rio Tinto vê concretizada uma promessa que há muito lhe foi feita.

Recorde-se que este compromisso, que estava por cumprir desde o tempo de Durão Barroso, é agora desbloqueado por uma decisão do actual Governo do Partido Socialista.

Para o presidente do PS/Gondomar, o actual Governo, liderado por José Sócrates, foi capaz de dar uma resposta efectiva a uma velha promessa que há muitos anos representava um anseio enraizado na população, e que os eleitos do PS nas juntas de freguesia de Rio Tinto e Baguim do Monte, assim como os autarcas socialistas na Câmara e na Assembleia Municipal, como ainda os dirigentes



concelhios “tinham estabelecido como uma prioridade dos seus mandatos”.

No recente acordo assinado entre o Governo e a Junta Metropolitana do Porto, dizem os socialistas de Gondomar, ficou decidido que o concurso de prolongamento da linha entre o estádio do Dragão e a Venda-Nova está previsto ser lançado até ao próximo mês de

Setembro, ao mesmo tempo que está ainda contemplada a realização de estudos pela empresa Metro do Porto para a futura ligação a S. Cosme através da Freguesia de Valbom, considerando os dirigentes e autarcas do PS que o projecto do Metro no concelho só ficará de facto e plenamente concluído com a passagem da rede do metropolitano por esta freguesia. **R.S.A.**

OPINIÃO



BRAVO NICO
Deputado do PS

A existência de conhecimento qualificado nos cidadãos, nas famílias, nas empresas e nos territórios é hoje, em qualquer país do mundo, uma variável determinante na riqueza que se produz e se distribui, nos direitos sociais que se têm e na felicidade que se sente

O DIREITO E O DEVER DA QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES

QUE desafios hoje se colocam à totalidade das instituições científicas e de ensino portuguesas?

1. Corresponder aos interesses dos cidadãos que frequentam, ou desejam frequentar, uma qualquer instituição de ensino, no sentido de aí concretizarem, ao longo das suas vidas, uma formação humana, cultural e técnica de qualidade superior;
2. Corresponder aos interesses das famílias portuguesas que assumem, hoje, a educação e a formação como o mais importante e estratégico investimento, tantas vezes realizado com grandes sacrifícios;
3. Cooperar, responsável e activamente, com as empresas portuguesas, formando profissionais tecnicamente qualificados e com uma educação cultural e humana que lhes assegure a capacidade empreendedora e criativa, que hoje é condição essencial para a produção de mais riqueza;
4. Qualificar os territórios e as regiões portuguesas, tornando-os atractivos para o investimento e para o trabalho qualificado;
5. Contribuir para o desenvolvimento de Portugal e para a afirmação do país no mundo.

Neste contexto, a relação entre o Estado e as instituições científicas e de ensino portuguesas deverá assentar em quatro princípios:

Primeiro Princípio: a Qualidade

O Estado deverá garantir e regular a existência de uma rede de ensino que disponibilize, de facto, uma formação de qualidade elevada. O cidadão formado por uma instituição portuguesa tem que ter a garantia de que a sua formação tem qualidade, é reconhecida nacional e internacionalmente e lhe confere um grau académico e profissional comparável aquele que obterá em formação homóloga noutra qualquer instituição portuguesa ou estrangeira;

Segundo Princípio: a Prestação de Contas

As instituições científicas e de ensino portuguesas devem consolidar, nas suas rotinas organizacionais próprias, a presença de uma cultura e de uma prática de prestação de contas, com base num sistema de garantia de qualidade que assuma a avaliação de resultados como um processo normal, obrigatório, periódico e universal;

Terceiro Princípio: o Mérito

O Estado deve reconhecer, divulgar e premiar o mérito das instituições que se distingam na qualidade do respectivo desempenho, em função das suas missões; evidenciem qualidade na formação que concretizam, na actividade científica que realizam, na qualificação dos recursos humanos e na qualidade das infra-estruturas físicas, académicas e sociais que colocam à disposição dos seus estudantes; que apresentam bons resultados, ao nível do sucesso escolar; que promovem, proactivamente, a empregabilidade dos seus diplomados; que cooperam com outras instituições nacionais e internacionais, retirando, dessa cooperação, vantagens acrescidas para si próprias e contribuindo, com o seu trabalho, para o enriquecimento das redes que integram e dos parceiros com quem cooperam.

Quarto Princípio: a Internacionalização

A internacionalização faz parte do material genético do processo de construção e de difusão do conhecimento. A internacionalização faz parte da matriz genética da Europa que estamos a construir e do país que queremos ser. Portugal só será um país aberto ao mundo se os seus sistemas científico e de ensino cumprirem bem a sua missão. O futuro das instituições científicas e de ensino e o respectivo contributo para a mobilidade dos cidadãos e dos conhecimentos determinarão, certamente, o futuro do nosso país.

O XVII Governo Constitucional e as instituições científicas e de ensino portuguesas estão, na actualidade, a construir as bases da mais importante infra-estrutura de um país, no século XXI: o conhecimento.

A existência de conhecimento qualificado nos cidadãos, nas famílias, nas empresas e nos territórios é hoje, em qualquer país do mundo, uma variável determinante na riqueza que se produz e se distribui, nos direitos sociais que se têm e na felicidade que se sente.

É por todas estas razões que o Partido Socialista assumiu a qualificação dos portugueses como a sua primeiríssima prioridade. É pelas mesmas razões que os portugueses deveriam assumir a sua qualificação não apenas como um Direito constitucional que o Estado deve assegurar, mas também como um dever de consciência que cada um assume para consigo e para com o desenvolvimento do seu país.

OPINIÃO

PEDRO MANUEL
CARDOSO

Aos novos desafios que hoje se colocam ao Desporto, o Governo respondeu no seu Programa com uma nova geração de políticas e com uma nova estratégia de articulação das prioridades

O DESPORTO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TAMBÉM no Desporto, as sementes lançadas em Fevereiro de 2005 começam a germinar. O ano de 2006 foi considerado por um dos dirigentes desportivos mais influentes no país, e também um dos mais insuspeitos de favorecimento das opiniões do Governo, como tendo sido “o melhor ano de sempre do desporto português”. As palavras deste prestigiado dirigente reflectem os resultados. É verdade. Mas as palavras que foram postas no Programa do XVII Governo não são meros reflexos da realidade, nem foram escolhidas ao acaso. Obedeceram a uma opção estratégica. E são, por isso, também a causa e a razão de ser de uma mudança que induziu e fez avançar o desporto em Portugal.

Aos novos desafios que hoje se colocam ao Desporto, o Governo respondeu no seu Programa com uma nova geração de políticas e com uma nova estratégia de articulação das prioridades. Essencialmente porque na última década o mundo e a sociedade mudaram de modo profundo. E porque o presente e o futuro trarão a Portugal uma acelerada mudança tecnológica e uma competição definitivamente globalizada.

E porque o Desporto passou a ter um significativo impacto na vida dos cidadãos, na economia e na imagem e prestígio dos países. Não apenas pela oportunidade que dá para se ser saudável e activo. Mas também pelas trocas económicas, pelo emprego e pela riqueza e prestígio que gera.

No quadro desta nova orientação política, iniciada com o Programa do XVII Governo Constitucional, a política para o Desporto foi articulada, pela primeira vez em Portugal, com a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e com a Agenda de Lisboa, através do seu enquadramento no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE 2005-2008), passando a fazer a integração simultânea dos factores sociais, económicos e ambientais, tornando possível, desta forma, potenciar os apoios dos fundos estruturais e de coesão do “Quadro de Referência Estratégica Nacional” (QREN 2007-2013).

Mais do que qualquer outro factor foi a escolha deste caminho que singulariza e distingue a política do Governo. Este é o elemento novo na estratégia de desenvolvimento do Desporto. Mas também uma estratégia que planeou a acção separando as variáveis do desenvolvimento desportivo, e depois, definiu e direccionou Medidas concretas para cada um desses segmentos. Esta orientação tem-se tornado decisiva para a mudança operada e para os resultados agora obtidos. Permitindo após os primeiros dois anos do Governo alcançar resultados em todas as áreas do “Programa do Governo”.

i) Com esta estratégia o Desporto deixou de ficar isolado e à parte da realidade económica, social e ambiental do país, passando a contar com os recursos endógenos das diferentes regiões e trabalhando para colmatar as assimetrias territoriais e sociais existentes na oferta de prática desportiva.

ii) Esta estratégia operacionalizou um modelo multifactorial de desenvolvimento em substituição do modelo monofactorial vigente há décadas, passando a assumir uma responsabilidade de distribuição dos recursos e dos apoios dirigida para o desporto na Escola, para o desporto nas Autarquias, para as Federações desportivas e o alto rendimento, mas também para os clubes que constituem a malha do associativismo de base, trabalhando em rede, em parceria e em proximidade.

iii) Esta estratégia permitiu ainda dar uma nova dimensão e amplitude ao antigo conceito de “Desporto para Todos”, adaptando-o às novas exigências da contemporaneidade. Assumiu a responsabilidade por uma orientação de Serviço Público sabendo interpretar a função social do Desporto, enquanto actividade que deve ser acessível a todas as pessoas, no respeito pelas suas próprias aspirações e capacidades. Que apoia, com a mesma responsabilidade, as diferentes classes de idade, os portadores de diversas capacidades físicas, o género, as diferenças étnicas e culturais, os diferentes níveis de participação, as diferentes escalas do associativismo, e as diferentes realidades do território nacional. Que, de modo coerente e global, apoia o percurso de vida de todos os cidadãos, no arco que vai da primeira à última idade, e não se cinge apenas a uma determinada fase, a um determinado período, ou a um determinado tipo de prática. Possibilitando à política de desporto ser solidária e inclusiva.

Houve quem tivesse afirmado com pertinência que “não há nada de mais prático do que uma boa teoria”. A estratégia de desenvolvimento adoptada pelo Governo está a revelar-se eficaz e eficiente. Num curto espaço de tempo já proporcionou um longo percurso de realizações, expresso nas Medidas que se encontram em plena execução. E augura o sucesso para as que já foram publicamente anunciadas. Costuma dizer-se que “nunca haverá bom vento para barco que não conheça o rumo”. No domínio da política do desporto, definitivamente, o Governo conhece o rumo.

Socialistas defendem perda de mandato de Encarnação e vereadores por violação do PDM

COIMBRA

OS VEREADORES socialistas defenderam a perda de mandato do presidente da Câmara de Coimbra, Carlos Encarnação, e dos vereadores da maioria PSD/CDS/PPM que aprovaram em 2003 a construção de 202 apartamentos em área para equipamento colectivo, numa clara violação ao Plano Director Municipal (PDM).

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra (TAFIC), através de uma sentença proferida no dia 14, declarou nulo o licenciamento pela autarquia daqueles apartamentos, que integram o complexo Eurostadium, adstrito ao estádio Cidade de Coimbra. A sua construção, segundo o colectivo de juizes do TAFIC, viola normas do PDM de Coimbra.

Numa análise à sentença lida na reunião quinzenal da Câmara Municipal, a vereadora socialista Fernanda Maças, especialista em Direito Constitucional, anunciou que o PS “vai apurar se o Ministério Público (MP) já tentou, ou não” alguma acção para perda de mandato dos autarcas que integravam o Executivo e que aprovaram o projecto Eurostadium no anterior mandato, em 2003, incluindo o presidente, Carlos Encarnação.

“Da análise dos dados disponíveis, afigura-se poder concluir haver indícios que justificam a instauração



de acção de perda de mandato, no âmbito da qual será apurado pelo tribunal a solidez desses indícios”, afirmou a vereadora do PS Fernanda Maças.

Caso o MP não tenha tentado ainda uma acção para perda de mandato da maioria que governava o município de Coimbra, cujo líder, Carlos Encarnação (PSD), foi reeleito em 2005, “os vereadores do PS irão fazê-lo”, garantiu.

“Das edificações que integram o projecto Eurostadium, somente as respeitantes ao complexo desportivo integram a noção de ‘equipamento colectivo’, referiu, considerando que também a construção do centro comercial “Dolce Vita” viola o PDM.

“Suscita-se enorme perplexidade que, perante uma violação tão grosseira do PDM, os técnicos não tenham levantado o mínimo

problema”, disse ainda a vereadora socialista.

Por sua vez, Vítor Baptista, deputado e vereador do PS, questionou igualmente “como é que os técnicos da Câmara não tiveram o cuidado de levantar essa situação”.

Para o autarca socialista, que recorreu do acórdão do TAFIC, “deve começar desde já a analisar a perda de uma acção, que parece inevitável”, para efeitos de eventuais indemnizações ao promotor imobiliário.

Luís Vilar, também do PS, disse que, além da violação do PDM, a Câmara terá “desrespeitado os termos do concurso público internacional” do Eurostadium e ainda as normas do caderno de encargos.

E lembrou que os apartamentos “não estão a ser vendidos a atletas, a estudantes ou a idosos, como se falara, mas a pessoas comuns”.

Autarquia da Amadora lança cartão de descontos para idosos reformados

OS CIDADÃOS do concelho da Amadora com mais de 65 anos e reformados poderão usufruir brevemente de descontos em dezenas de lojas comerciais e ainda em actividades culturais, através do “Cartão 65” a ser lançado brevemente pela autarquia.

Farmácias, centros clínicos, restaurantes, cabeleireiros e ourivesarias são algumas das empresas que aderiram à proposta da Câmara Municipal da Amadora, dando descontos de 20 por cento aos

utilizadores do “Cartão 65”.

Em actividades culturais promovidas pela autarquia e na emissão de certidões e fotocópias de documentos nos serviços do município os descontos ascendem aos 65 por cento.

Além disso, o novo cartão vai permitir ao seu portador estar isento do pagamento do aluguer do contador de água.

Segundo a responsável pelo pelouro da Acção Social, Carla Tavares, esta iniciativa, que foi

aprovada em Assembleia Municipal, visa apoiar uma faixa etária “muito afectada pela falta de recursos económicos” e onde se situa grande parte da população idosa do concelho, estimada em 14 por cento.

“Depois desta aprovação, vamos avançar com o projecto o mais rapidamente possível”, adiantou a vereadora, acrescentando que o “Cartão 65” deverá ser requisitado no Gabinete de Acção Social da Câmara.

Reguengos de Monsaraz capital ibérica da olaria e do barro

UMA EXPOSIÇÃO de olaria com 73 peças de Portugal e Espanha, conferências com especialistas e interessados nesta arte e um festival de música popular e tradicional fizeram de Reguengos de Monsaraz, de 24 a 27 de Maio, a capital ibérica da olaria e do barro.

Com este evento, pretende-

se “valorizar a olaria, chamar a atenção para a sua importância e existência, para o seu interesse artesanal e artístico e para o seu valor e significado na economia da região”, refere um comunicado da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, que organizou a iniciativa em conjunto com o Ayuntamiento

de Salvatierra de los Barros e a Junta de Freguesia de Corval.

Na Festa Ibérica da Olaria e do Barro, que decorreu no Pavilhão Multiusos do Parque de Feiras e Exposições da cidade, os visitantes puderam ver uma mostra do que de melhor se faz em 52 olarias de Portugal e 21 de Espanha.

Esquerda italiana vai criar o Partido Democrático

LELLO EM CONGRESSO
FUNDADOR

NUM Congresso cheio de emoção, os Democratas de Esquerda (Democratici di Sinistra), de Piero Fassino, que foi reeleito para a liderança, decidiram iniciar o caminho para a criação do Partido Democrático. O Congresso, que decorreu em Florença, teve em representação do PS o secretário nacional para as Relações Internacionais, José Lello, e o director do Departamento Internacional, Paulo Pisco.

Ao justificar a necessidade de uma mudança de paradigma na política italiana, Piero Fassino referiu o exemplo reformista do Governo de José Sócrates e a abertura à sociedade que representa o Fórum Novas Fronteiras, fazendo ainda alusão por diversas vezes ao Congresso do Parti-

do Socialista Europeu (PSE), que se realizou em Dezembro no Porto.

A criação do novo Partido Democrático nasce de um bom entendimento e de uma colaboração já com mais de 10 anos entre a Democratici di Sinistra e a Margherita, liderado por Francesco Ruteli, e que na mesma altura realizou o seu congresso em Roma, e que tem como um dos seus expoentes máximos o primeiro-ministro, Romano Prodi.

Entre os objectivos que presidem à sua criação, está não apenas a necessidade de ultrapassar a fragmentação e a instabilidade que existe na política italiana, mas também fazer uma nova abordagem dos problemas com que se defrontam as sociedades de hoje.

A necessidade de defender os alicerces que fundamentam a democracia, particularmente atacada durante o período de cinco anos de

governança de Silvio Berlusconi, é igualmente um dos eixos centrais da criação do novo partido.

“A criação do Partido Democrático, que não está isento de dificuldades, representa um bom instrumento de reflexão para se compreender melhor o mundo em que hoje vivemos e os caminhos da esquerda”, disse o secretário nacional para as Relações Internacionais do PS, José Lello.

De sublinhar que a criação do Partido Democrático, um facto de grande relevância não só para Itália como para o socialismo mundial, passou também por Portugal, quando no Congresso do Porto do PSE foram alterados os estatutos para que o novo partido pudesse vir a ter lugar no seio das forças progressistas europeias.

A assembleia constituinte do Partido Democrático está prevista realizar-se no Outono de 2008.

Estruturas do SPD de Münster e Osnabrück vão criar sector para portugueses no partido

AS ESTRUTURAS do SPD de Münster e Osnabrück vão criar um sector dentro do partido para os portugueses dessas regiões, como forma de estabelecer uma ligação directa aos militantes e às estruturas do PS e envolver ambas as partes em actividades e iniciativas políticas comuns.

A decisão foi tomada durante os encontros entre o director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco, e a presidente do SPD de Münster, Svenja Schulze, e com o vice-presidente do SPD em Osnabrück, Frank Henning.

Nas reuniões, realizadas nos dias 19 e 20 de Maio, que contaram também com a participação de outros responsáveis do SPD e militantes e simpati-

zantes do PS, foram discutidas outras formas de cooperação de participação conjunta em iniciativas comuns.

A presidente do SPD de Münster assegurou que na festa do SPD e da cidadania, que decorrerá na segunda quinzena de Agosto, que os representantes socialistas da comunidade portuguesa terão um lugar de destaque.

Durante um debate sobre participação cívica realizado no Centro Português de Münster, onde também foi apresentado a decisão do PS e do SPD cooperarem, Svenja Schulze disse que esta cooperação será “uma forma de os portugueses fazerem valer mais os seus direitos e de descobrirem novas oportunidades através da participação política”. Neste debate, par-

ticipou também Nelson Rodrigues, conselheiro da CCP, e o presidente do Centro Português de Münster, José Ferreira.

No Centro Português de Osnabrück realizou-se igualmente um conjunto de intervenções dedicadas à participação cívica dos portugueses, que contou também com a participação da presidente da câmara, Karin Kiesler, de outros dirigentes do SPD e do presidente do Centro, Carlos Alves.

Esta deslocação do director do Departamento de Comunidades, Paulo Pisco, incluiu ainda um encontro com simpatizantes do PS com vista à criação de uma secção do partido em Hamburgo.

SPD de Estugarda quer portugueses a participar nas suas actividades políticas

“O SPD e nós” é o título de um folheto e de uma página na Internet, a lançar brevemente, dirigida à participação cívica e política da comunidade lusa na região de Estugarda/Baden Würtenberg, onde vivem cerca de 30 mil portugueses. A decisão resulta do encontro entre os responsáveis do SPD Lars Barteit e Macit Karaahmetglu, e membros do PS, designadamente do director do Departamento de Comunidades, Paulo Pisco, do coordenador do PS/Estugarda, Francisco Costa, e da deputada Maria Carrilho.

Esta iniciativa constitui um passo importante de uma colaboração que será aprofundada em iniciativas conjuntas, de que foi já um exemplo a realização de um colóquio sobre o envolvimento cívico da comunidade portuguesa, que contou com a participação de vários responsáveis do SPD, entre os quais a deputada Ute Kumpf.

O folheto, que será elaborado nas próximas semanas, terá um texto em português e outro em alemão, no qual é feito um apelo à participação cívica, partindo da mensagem de que os problemas da Alemanha e da região de Baden/Würtenberg são também os problemas dos portugueses que lá residem e vice-versa.

Outra mensagem é a de que só quando os portugueses usarem os seus direitos políticos e fizerem ouvir a sua voz em relação às questões que lhes dizem respeito é que se poderá falar de plena integração.

Quando ao colóquio, que contou com uma boa participação de jovens e mulheres, entre os quais alguns portugueses membros do SPD com funções políticas, designadamente a nível local, teve como oradores Ute Kumpf, Maria Carrilho, Paulo Pisco, Francisco Costa e Macit Karaahmetglu, alemão de origem turca que contou a sua experiência

no SPD e os benefícios que isso tem trazido para a comunidade que representa.

Ute Kumpf, que disse “queremos os portugueses no SPD a colaborar”, fez um apelo para que os nossos compatriotas participem mais na vida política e procurem aproveitar bem as oportunidades de qualificação profissional e académica que a Alemanha lhes oferece, já que há muitos casos de baixas qualificações. “É importante que os filhos dos portugueses tenham mais estudos e mais direitos”, afirmou.

Maria Carrilho balizou a importância da participação cívica com base nas duas datas com grande significado que são o 25 de Abril e o 1º de Maio e Paulo Pisco falou sobre a integração, os direitos de cidadania e a capacidade de organização da comunidade como forma de ter uma força maior na sociedade de acolhimento.

OPINIÃO



ANTÓNIO GAMEIRO
Deputado do PS

Quando o Grupo Parlamentar do PSD não aceita a publicação no “site” do Parlamento dos interesses dos deputados, deve o Partido Socialista fazer vingar essa bandeira de transparência

REFORMAR O PARLAMENTO, REVIGORAR A DEMOCRACIA!

(Parte II)

A REFORMA do nosso Parlamento devia e está a ser tida como mais uma bandeira de reformismo da esquerda progressista, uma vez que demonstra que o ideário republicano pode e tem de ser actualizado face às novas exigências da vida contemporânea, sem pôr em causa os seus valores intrínsecos da liberdade, responsabilidade, honra e cidadania. A identidade República associada ao Partido Socialista deixa-nos a responsabilidade de sermos nós a modernizar o conceito e consolidarmos os valores através dos quais se afirma a sua própria identidade.

Ora, esses valores que tradicionalmente foram associados pela maioria dos teorizadores do modelo republicano à participação pública, à primazia do princípio democrático e à deliberação pública, onde os cidadãos conscientemente têm confiança nas instituições e o fiscalizam simultaneamente, numa simbiose entre o trabalho público e responsabilização de apresentação de resultados aos eleitores.

Neste contexto, a reforma progressista da nossa governação parlamentar deve ser analisada, dado que muitas das premissas do enfoque republicano necessitam de ser adequadas aos tempos em que vivemos.

Por isso, quando o Grupo Parlamentar do PSD não aceita a publicação no “site” do Parlamento dos interesses dos deputados, deve o Partido Socialista fazer vingar essa bandeira de transparência, porque hoje não devem ser os cidadãos a exigir transparência, mas antes a classe política parlamentar a demonstrar que se auto-impõe dessa salvaguarda de uma cidadania activa e construtiva de confiança no modelo republicano.

Por outro lado, a reforma do Parlamento não deve deixar de reforçar os mecanismos de fiscalização do trabalho do Governo, com menos debates estéreis, mas com um incremento de debates específicos com a presença de ministros e do primeiro-ministro na casa da democracia. Esta premissa enfatiza decididamente um Parlamento assente nos ideais de responsabilização do Executivo face aos representantes do povo, reforçando, igualmente, o papel das oposições e permite por via dos meios de comunicação um reforço dos valores democráticos de informação e esclarecimento dos eleitores, com muito maior acuidade e actualidade política.

Acresce que esta Reforma que ao PS cabe concretizar, embora com o consenso possível das outras forças políticas, deve maximizar todas as formas e mecanismos de participação política parlamentar, por forma a potenciar os meios de comunicação tecnológica com os eleitores e agilizando as formas de participação no próprio processo legislativo, para que a identificação com uma Assembleia da República mais moderna e aberta às populações possa vir a acontecer no futuro. O cidadão tem o direito a ver uma sua petição aprovada, mas, sobretudo, deve poder saber a cada momento em que fase do processo ela se encontra.

Uma concepção republicana da política e do funcionamento do Parlamento deve exigir, nos dias de hoje, que esta reforma da Assembleia da República se postule legitimamente como um princípio de coesão numa sociedade que defendemos pluralista!

Pode e deve ser um princípio denominador comum, porque pode ser a contribuição suprema para a concretização de uma pedagogia do pluralismo, capaz de mobilizar coerente e estruturadamente os sentimentos nacionais de cidadania activa que hoje as sociedades exigem e reclamam!

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS

A marca de Blair ficou em muitas das políticas desencadeadas ao longo dos seus mandatos. E acredito que Portugal poderia, inclusivamente, acolher muitas dessas ideias, muitas dessas directrizes políticas

A MARCA POLÍTICA DE TONY BLAIR

TONY Blair já anunciou que deixa o n.º 10 de Downing Street no próximo domingo e que se retira das suas lides no Partido Trabalhista britânico. E este será, indubitavelmente, um verdadeiro facto político.

Blair conseguiu o feito de estar no poder como PM durante uma década, sensivelmente o tempo em que Margaret Thatcher – a “dama de ferro” – passou em Downing Street. E, além do mais, fica com o rótulo de PM trabalhista com mais anos seguidos no poder.

O ainda PM britânico mostrou-se desde cedo influenciado por John MacMurray, filósofo cujo principal interesse era a relação indivíduo sociedade. Grande admirador de Clinton, pensou sempre como conciliar a liberdade e as aspirações individuais com a solidariedade com os mais fracos. E ao longo dos seus anos de mandato foi concretizando, precisamente, políticas dirigidas nesse sentido, muitas vezes contra deputados do seu próprio partido, com amplos debates envolvendo os deputados, o Partido Trabalhista e a sociedade. Aprovando muitas vezes as medidas com o apoio de deputados conservadores e alguns trabalhistas a favor e outros contra. E isto fica como uma das suas marcas mais indelévelis.

E como ganhou eleições? Foi com um grupo de jovens e ambiciosos deputados como ele – Gordon Brown (que agora o substituiu) e Peter Mandelson, entre outros – que lançou o movimento que o levou ao poder.

Blair mostrou convicções muito fortes que não obedecem ao estereótipo da divisão entre esquerda e direita (dá que algumas vezes, como se referiu, tenha enfrentado a oposição dos seus próprios pares), mas debateu sempre tudo no partido e na sociedade, ganhando muitas vezes mas perdendo algumas. Para ele, a responsabilidade individual é a contrapartida a pagar por termos diversas oportunidades. Os resultados são importantes e a razão é superior à ideologia.

No seu primeiro discurso como deputado e ministro-sombra do Interior, Tony Blair não se coibiu de dizer que “seremos duros com o crime e duros com as causas do crime”. E assim conseguiu chegar à classe média britânica. Muitos destes temas foram copiados por Sarkozy em França, o que também lhe deu a vitória nas recentes eleições para o Palácio do Eliseu.

Progressivamente, Tony Blair fez da Brã-Bretanha a Atenas de Roma (em relação, hoje, aos Estados Unidos). Refira-se, como parêntesis, que hoje em dia há quem pretenda alargar este conceito à própria União Europeia. E a relação com os Estados Unidos é tão forte que qualquer PM britânico acabaria por apoiar Washington na questão do Iraque. Mesmo assim, Tony Blair multiplicou-se em esforços no sentido de encontrar a tão reclamada, por muitos, cobertura na ONU para a operação em terras iraquianas.

Blair é um defensor do “internacionalismo ético”, seguindo Gladstone, considerado o melhor primeiro-ministro do séc. XIX – que, recorde-se, era um liberal. A imagem forte que transporta faz com que as suas ideias sejam desvalorizadas. Mas ganha nesta luta pela força da sua imagem. Imagem que cansa, como todas as imagens, e leva a abandonar o poder pelo seu próprio pé.

A marca de Blair ficou em muitas das políticas desencadeadas ao longo dos seus mandatos. E acredito que Portugal poderia, inclusivamente, acolher muitas dessas ideias, muitas dessas directrizes políticas. Como, por exemplo, no sector da Educação, na Saúde, na Economia. Blair concretizou um grande trabalho ao entregar muitos dos serviços centralizados à sociedade civil organizada. Exemplos? O ensino básico, na sua organização e estrutura, depois de um debate dentro do partido e na sociedade, foi confiado a associações de pais, a fundações, a associações de professores - e, aliás, foi este um dos casos em que Blair enfrentou uma votação contrária de 30 dos seus deputados, tendo tido o apoio de parlamentares conservadores. Da mesma maneira que perdeu a votação no Parlamento inglês para duas mudanças que queria impor na luta antiterrorista, na sequência do atentado ao comboio em Londres. Ficando, no fim, uma lei mais branda mas mais de acordo com os Direitos Humanos que o Ocidente deve usar como bandeira. Este facto demonstra, à evidência, a autonomia dos deputados britânicos e a força da democracia – e seria bom que tal também fosse uma realidade em Portugal.

Só o futuro dirá o que Tony Blair vale na História em relação a Winston Churchill. Talvez seja o homem que acabará por marcar o ritmo da política do séc. XXI, tal como Churchill marcou a do séc. XX. E seria bom que assim acontecesse.

É bom que Sócrates, com o fruto do seu trabalho, das suas ideias e das circunstâncias, estando, assim, a criar uma grande esperança nos portugueses -, ajude a reforçar cada vez mais o edifício da esquerda moderna que Blair tem também construído ao longo dos últimos anos. É que é preciso implementar projectos de esquerda moderna e móvel na Europa – cuja riqueza é a sua diversidade política e cultural, contrapondo hoje os dois projectos que se desenvolvem na França e Alemanha, os dois grandes motores de uma certa União Europeia, agora liderados por dois políticos da chamada direita da “ruptura tranquila”. Mas “ruptura tranquila” para onde e para quê?

João Proença eleito vice-presidente da CES

O SECRETÁRIO-geral da UGT, João Proença, foi eleito vice-presidente da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) na reunião do Comité Executivo que decorreu na cidade espanhola de Sevilha.

No XI Congresso desta organização europeia de sindicatos, que teve lugar entre os dias 20 e 24 de Maio, estiveram reunidos mais de mil delegados de 36 países, representantes de 81 confederações nacionais e de 12 federações sectoriais, que debateram diversas questões ligadas às questões sindicais quer de âmbito nacional quer internacional.

João Proença, na sua intervenção, sublinhou o papel fundamental do programa de acção nas áreas do diálogo social, da negociação colectiva e da participação na defesa de uma Confederação Europeia de Sindicatos que se posicione na ofensiva, através de que classificou de “um sindicalismo de proposição e de compromisso”, numa Europa em que o progresso económico, como defendeu, “vá lado a lado com o progresso social”.



A participação dos trabalhadores, considerou ainda o secretário-geral da UGT, “é fundamental para o reforço da construção europeia”.

Neste sentido, disse, “queremos um diálogo social mais forte quer a nível geral, quer sectorial”, realidade que reconhece se tem vindo a verificar, apesar de ainda subsistirem duas importantes dificuldades com que as organizações dos trabalhadores se defrontam.

É o caso, como recordou, da falta de compromisso de grande parte dos empregadores ou ainda da falta de empenhamento da Comissão e

do Conselho Europeu nos avanços sociais.

Quanto ao primeiro ponto, o secretário-geral da UGT considera que os empresários e empregadores continuam a defender políticas económicas e sociais limitadas a uma visão restritiva de âmbito nacional, atitude que, em sua opinião, “é inaceitável”, tanto mais que a dimensão social, como defendeu, “foi, e será uma das bases fundamentais para o progresso da Europa e para a sua afirmação no quadro da globalização”.

Em relação ao segundo aspecto, João Proença recorda que com Jacques Delors, a Comissão, nos termos dos tratados, assumiu sempre um papel de promotor e de dinamizador do diálogo social europeu, papel que em sua opinião se tem vindo a perder uma vez que a Comissão não tem assumido a sua obrigação de avançar com directivas nos casos onde não haja acordos no diálogo social, confrontando assim os empregadores europeus com a necessidade de negociar. R.S.A.

Jovita Ladeira quer compensação para pescadores durante o defeso

É URGENTE apoiar financeiramente os pescadores no período de defeso. Esta a posição assumida pela deputada socialista eleita pelo círculo de Faro, Jovita Ladeira, através de um requerimento apresentado recentemente na mesa da Assembleia da República.

No documento, a parlamentar do PS alerta para a necessidade de estudar e desenvolver “uma fórmula que possibilite, no cumprimento das regras comunitárias, prestar apoio aos pescadores” durante o defeso.

Para Jovita Ladeira, esta é uma tarefa que passa pelo estabelecimento de uma parceria entre os ministérios da Agricultura e do Trabalho e da Solidariedade Social.

“Não é possível ignorar as dificuldades pelas quais passam as nossas pescas locais e costeiras, em parte devidas à situação de relativa exaustão a que chegaram parte significativa dos pesqueiros tradicionais e à condição



degradada em que se encontram alguns dos recursos de maior interesse nas nossas águas”, alertou a deputada no texto do requerimento, em que também sublinhou que o defeso “se assume como incontornável na justa medida da sua importância para a preservação das espécies e consequente sustentabilidade da actividade pesqueira”.

“Mas, este tributo vital que se está a praticar e que conta com o apoio dos pescadores arrasta inevitavelmente, todos os anos, um problema social de contornos preocupantes: a falta de qualquer tipo de rendimento durante o período de paragem biológica”, ressaltou Jovita Ladeira, para quem “é necessário compreender o impacto trágico, a nível social e humano, a que o defeso pode levar nos agregados familiares que dependem exclusivamente do rendimento da actividade piscatória e que não têm alternativa para poder desenvolver outras artes de pesca durante esse período”.

Assim, a deputada do PS conclui que “é chegado o tempo de dar uma resposta social a esta realidade”, que descreve como “inquietante”, mediante a criação de uma garantia para estes pescadores corporizada numa consubstanciada financeira durante o defeso. M.R.

Criada Comissão Eventual de Defesa da Floresta Contra Incêndios

FOI formalmente empossada no passado dia 23 de Maio a Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que tem como vice-presidente o deputado socialista Horácio Antunes. A coordenação dos deputados da bancada do PS está a cargo do deputado Carlos Lopes, que havia sido o relator do 2.º Relatório da

Comissão Eventual para os Fogos Florestais, que cessou o mandato em Janeiro último.

Esta Comissão é composta por 23 deputados, 12 dos quais são oriundos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. São eles: Horácio Antunes (Coimbra) – Vice-presidente; Carlos Lopes (Leiria) – coordenador; Fernando Cabral (Guarda); Fernando Jesus (Porto); Helena Terra (Aveiro);

Isabel Coutinho (Braga); Jorge Almeida (Vila Real); Luís Vaz (Bragança); Maria de Lurdes Ruivo (Porto); Miguel Ginestal (Viseu); Nuno Antão (Santarém); e Vítor Pereira (Castelo Branco)

De salientar que esta comissão parlamentar tem como prioridade a produção de um relatório intercalar sobre a preparação do período crítico de incêndios florestais.

“Novo paradigma para a Protecção Civil”

A Protecção Civil é hoje em dia uma área específica de intervenção política no âmbito do Ministério da Administração Interna. Este é um aspecto fundamental da profunda reforma do sector que decorre há mais de dois anos pela mão de Ascenso Simões e à qual garante continuidade. Em entrevista ao “Acção Socialista”, após assumir funções como secretário de Estado da Protecção Civil, o governante faz o balanço das mudanças operadas e discorre sobre novas perspectivas financeiras criadas pelo QREN 2007-2013. O secretário de Estado da Protecção Civil fala-nos também sobre a profissionalização dos bombeiros e a valorização do voluntariado, traça a estratégia de luta contra os incêndios florestais e avança alguns pontos da sua agenda.

MARY RODRIGUES

Na sequência da recente reestruturação do Ministério da Administração Interna, foi criada uma nova Secretaria de Estado da Protecção Civil, da qual é o máximo representante. Qual foi a filosofia que esteve na base desta mudança?

As questões que se prendem com esta alteração de designação têm essencialmente a ver com a valorização de um universo cada vez mais importante na vida das pessoas. Todos os cidadãos convivem sistematicamente um universo de riscos múltiplos cada vez mais preocupante e mais presente no quotidiano. Por tudo isso, o Governo operou nos últimos dois anos uma evolução significativa em termos de enquadramento institucional, de valorização operacional e de densificação das medidas necessárias para a prevenção de riscos. Era preciso dar também a esta área uma nova dimensão. Foi isso que fizemos ao transformar a Protecção Civil numa área de intervenção política e numa pasta no âmbito do Ministério da Administração Interna.

Quais as alterações de fundo que se prevêem neste domínio específico? O que é que vai mudar na Protecção Civil?

O que vai mudar é aquilo que já estava previsto mudar, isto é, uma vez realizadas alterações ao nível da Lei de Bases da Protecção Civil e criada essa notável inovação designada por SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro – trata-se agora de agilizar o sistema no terreno, concretizando aquele que é o princípio base da Protecção Civil: entender que cada intervenção é feita por pluriagentes em articulação.

Por outro lado, a dimensão que ganhou o universo dos riscos, designadamente ao nível das políticas para a Protecção Civil da União Europeia, constitui também um repto perante o qual Portugal tem de estar à altura.

Que balanço faz da reforma do sector, encetada pelo presente Governo do PS, e que assenta nos princípios de responsabilidade institucional, comando único e planeamento e resposta

pronta e integrada?

O balanço que faço é necessariamente provisório, mas positivo. Fizemos a estruturação central, alterámos a Lei de Bases, construímos o SIOPS e criamos a nova Autoridade Nacional de Protecção Civil, com três direcções nacionais. Estamos a lançar as bases firmes de um novo paradigma da Protecção Civil no nosso país.

Mas, esta reforma profunda que encetámos precisa de ser aprofundada ao nível do seu principal agente – os bombeiros.

Para a implementação da nova Secretaria de Estado, quais as perspectivas abertas pelo actual Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN 2007-2013?

É importante salientar que pela primeira vez contamos com fundos comunitários para a área da prevenção de riscos a serem administrados pelo Ministério da Administração Interna (MAI). Face a isto, devemos reformar completamente o nosso sistema de planeamento de emergência a nível nacional, pois o que temos presentemente encontra-se desactualizado ao não incorporar as novas realidades de georeferenciação, ao não permitir uma gestão integrada de meios e ao não ser possível introduzir os novos registos das câmaras municipais relativos à realidade concreta.

Mas, a reforma deve ser feita também ao nível local, criando planos de emergência municipais, para intervenções normais, e planos de emergência especiais, para os casos com particularidades relevantes.

Neste sentido, e no que toca aos municípios da região de Lisboa, está a ser ultimado um Plano de Risco Sísmico para Área Metropolitana de Lisboa, que será apresentado no final deste semestre. Por seu turno, o Plano do Algarve, que tem um prazo de execução até 1 de Março de 2008, será apresentado nessa altura para a discussão pública.

Temos pela frente um gigantesco leque de trabalho para realizar até 2013. Para esta tarefa dispomos dos recursos contemplados no QREN.

De que valor estamos a falar?

Estamos a falar essencialmente de 150 milhões de euros. Trata-se de uma soma muito significativa no contexto do QREN, mas que



se reveste ainda de mais importância no contexto do orçamento do MAI, que é, como os portugueses sabem, reduzido, uma vez que mais de 85 por cento dele se destina assegurar o funcionamento da GNR e da PSP. E por termos uma capacidade de investimento reduzida é que estes apoios financeiros dos fundos comunitários são tão essenciais para darmos dimensão às áreas da protecção civil no nosso país e resolvermos muitos estrangulamentos que temos detectado neste dos anos.

Segundo algumas previsões vamos ter um Verão muito quente. O que está previsto para melhor combater os incêndios florestais?

Fizemos tudo o que nos competia para enfrentar a situação de risco que vivemos. Agora, é preciso ter claro que os incêndios florestais são um problema estrutural resolúvel apenas a prazo. O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios prevê, para 2012, uma área ardida média de menos de 100 mil hectares. Assim, estamos a fazer o trabalho de casa e a encontrar o dispositivo, as respostas, as comunicações, o posicionamento, os meios logísticos adequados à nossa realidade. Mas não temos possibilidade de controlar situações climáticas em constante alteração. É preciso que se veja que tivemos há pouco o Inverno mais quente dos últimos 100 anos e, por isso, nas fases Bravo e Delta – que são a antecipação do período crítico e o pós período crítico – teremos um crescimento do dispositivo da ordem dos 42 por cento em termos de meios humanos e uma valorização de mais 15 por cento na fase crítica de 1 de Julho a 31 de Agosto.

Recentemente, numa visita a Amarante, prometeu rigor na execução do Plano de Recuperação das Corporações de Bombeiros. Como está a decorrer esse processo?

Em Portugal existem actualmente mais de 400 Associações Humanitárias de Bombeiros e, ao longo destes anos, foram criados regimes especiais para as misericórdias, mutualidades, associações ambientalistas e até para as associações de defesa dos animais. Todavia, foi esquecido que as realidades concretas destas entidades careciam de um regime jurídico. Nunca ninguém o fez e estamos agora a fazê-lo. O diploma está a ser estudado em sede de comissão, na Assembleia da República, e tem uma componente muito clara em termos de definir os apoios do Estado através de um programa permanente.

É urgente substituir o regime de protocolo avulso por um regime claro, aceite por todos, de transferência anual e que atenda a realidade concreta do concelho a que se destina.

Por outro lado, em Portugal, o universo dos bombeiros conta com mais de 9600 viaturas de diversas tipologias. Em boa verdade, não temos necessidade de mais veículos. Mas, é preciso dar solução aos problemas de distribuição de recursos logísticos em algumas zonas que já detectámos e que derivaram do facto de nunca ter sido elaborada uma carta de equipamentos, alocando os meios aos territórios com mais dificuldades.

Qual é o ponto da situação do novo enquadramento do voluntariado e do aprofundamento da dimensão profissional dos bombeiros?

No que diz respeito à valorização do voluntariado, com o novo Estatuto dos Bombeiros, reforçámos os benefícios e os direitos destes agentes de protecção civil. Mas, também determinámos o serviço operacional mínimo que um bombeiro voluntário tem de prestar para aceder a esse conjunto benefícios que promovem a sua valorização. Pretendemos, assim, beneficiar os verdadeiros voluntários no âmbito do novo estatuto.

Quanto à valorização da componente profissional, vamos construir,

até 2009, 200 equipas de intervenção permanente. Ao todo serão mil homens que, a nível do país, vão estar prontos para socorrer as populações a todo o momento. Paralelamente, está prestes a entrar em actividade uma força especial de bombeiros que terá funções a nível central, estando às ordens da Autoridade Nacional da Protecção Civil e não afecta a qualquer corporação de bombeiros. Esta força estará disponível para intervenção em acidentes graves ou catástrofes, em qualquer parte do território nacional e até internacional.

Durante a próxima época de incêndios florestais a força especial de bombeiros ficará nos distritos da Guarda, Portalegre, Castelo Branco e Santarém, alargando-se, em 2008, com uma segunda companhia, aos distritos de Beja, Évora e Setúbal. Estamos pois, com tudo isto, a definir uma nova ideia do que é ser bombeiro profissional em Portugal.

O que espera concretizar Ascenso Simões, como secretário de Estado da Protecção Civil, nos dois anos que restam do actual mandato?

Espero concretizar três coisas muito simples: a primeira, é confirmar a nova dimensão da Protecção Civil como espaço prioritário de acção política. A segunda, passa pela estruturação de um sistema em que todos os agentes se articulem bem para responderem eficazmente às situações de risco que se prevejam ou existam na vida do país e dos cidadãos. E a terceira, prende-se com uma estruturação de meio que permita que Portugal responda com rapidez às emergências e ao socorro.

Uma última nota essencial é que a política do Governo é uma só, com o ministro António Costa e agora com o ministro Rui Pereira. Portanto, temos na Protecção Civil uma continuação dos programas apresentados no início do mandato e a sua concretização para cumprirmos aquilo que está no Programa de Governo.

Unir Lisboa em torno de um projecto para a cidade

CANDIDATURA DE ANTÓNIO COSTA

“Tenho orgulho e honra em liderar uma lista que tem por objectivo unir Lisboa em torno de um projecto para a cidade”, afirmou o candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, no Centro Cultural de Belém, na apresentação dos 23 membros da equipa com que se vai apresentar aos eleitores nas eleições intercalares para a maior câmara do país.



Sobre a composição da lista, Costa sublinhou que há ainda igualdade na representação do género, uma vez que em 23 candidatos, 12 são mulheres, e nos dez primeiros lugares, cinco são mulheres. E fez questão de deixar bem claro que a presença destas mulheres se deve, única e exclusivamente, à sua enorme qualidade.

Depois de passar em revista os principais desafios que se colocam à governação da cidade, António Costa afirmou que nas próximas eleições “é necessária uma maioria clara e consistente para cumprir o nosso programa e preparar as bases de um projecto ambicioso para o futuro”.

Um “projecto ambicioso”, que,

explicitou, vai para além dos dois anos de mandato e está dividido em três tempos. O primeiro, “o tempo da urgência”, destinado ao saneamento financeiro e à resolução das “diferentes trapalhadas”; o segundo, o tempo de limpeza do espaço público, de pôr ordem no caos do estacionamento e de “fazer pequenas-grandes intervenções”, em apenas dois anos, como, por exemplo, a qualificação das escolas; e o terceiro, “o tempo de ter os olhos postos no futuro”, para realizar um projecto ambicioso de médio e longo prazo para a cidade de Lisboa.

Antes de Costa, falou o seu mandatário, José Miguel Júdice, que enalteceu as qualidades do candi-

dato socialista, que classificou como um “político de sucesso”, um “fazedor”, e ainda “o melhor ministro da Justiça” que conheceu. Por isso, acrescentou, “em mérito absoluto e relativo sei quem deve ganhar”.

Os dez primeiros lugares da lista do PS para Lisboa são compostos por António Costa, Manuel Salgado, Ana Sara Brito, Marcos Perestrello, Rosália Vargas, José Cardoso da Silva, Gabriela Ventura, Helena Freitas, Rosário Farmhouse e Manuel de Brito. Uma equipa capaz de vencer os enormes desafios que se colocam a Lisboa e dar um novo rumo à cidade.

Um novo rumo

Um dia antes, António Costa tinha formalizado a sua candidatura à presidência da Câmara de Lisboa, no Centro Cultural de Belém (CCB), numa declaração em que avançou as principais orientações da sua estratégia para a cidade e responsabilizou o PSD e Carmona Rodrigues pelo descalabro total em que deixaram o município.

Na apresentação da sua candidatura autárquica, que visa “preparar Lisboa para a próxima década”, Costa apontou como “prioridades imediatas da câmara”, durante os próximos dois anos, “arrumar a casa e pôr a capital a funcionar”, alertando igualmente que, num

cenário de Executivo minoritário, a “cidade ficaria entregue a jogos partidários”.

Costa, que se encontrava ladeado por José Miguel Júdice (mandatário da campanha) e Saldanha Sanches (mandatário financeiro), revelou ainda que tentou, sem êxito, uma coligação das várias forças de esquerda que foi rejeitada.

Na ocasião, criticou e responsabilizou o PSD por deixar “uma câmara paralisada pela impotência de quem a dirigiu e pela situação financeira insustentável a que foi conduzida”.

Para o candidato, a autarquia da capital “não precisa de mais dinheiro”, mas de “rigor e competência na gestão” para dar uma “nova ambição” a Lisboa e encetar finalmente um “novo rumo” para a cidade.

Concelhia de Lisboa aprova moção de apoio

Entretanto, a Comissão Política da Concelhia de Lisboa, reunida na sede nacional, aprovou uma moção, na qual “saúda o camarada António Costa pela sua decisão de aceitar candidatar-se a presidente da Câmara” e “manifesta-lhe o seu total e inequívoco apoio e empenhamento, com o desejo de contribuir para a obtenção de uma grande vitória do PS nas eleições intercalares” de 15 de Julho.

COMISSÃO DE HONRA VAI FISCALIZAR APLICAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL

ANTÓNIO Costa pediu à sua Comissão de Honra que participe na elaboração do programa eleitoral da sua candidatura e que seja “crítica e exigente” a fiscalizar a sua aplicação, caso vença as eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa, e voltou a pedir uma maioria absoluta.

Discursando na estação do Rossio, na cerimónia de apresentação da sua Comissão de Honra que inclui cerca de 500 figuras públicas das mais diversas áreas da sociedade, o candidato socialista à presidência da Câmara de Lisboa voltou a insistir no pedido de uma maioria absoluta, sublinhando que “ou os lisboetas

decidem quem governa ou remetem para os partidos a decisão”.

Além de uma participação “activa e criativa” da Comissão de Honra na elaboração do programa eleitoral, António Costa pediu no futuro um “acompanhamento crítico e exigente do seu cumprimento”, se vencer as eleições.

“Estamos a ouvir os agentes sociais, culturais e económicos, os parceiros que fazem a cidade”, disse o candidato socialista, frisando que a sua Comissão de Honra “não está fechada, é um espaço aberto”.

A Comissão de Honra integra, entre outros vultos da sociedade lisboeta, o primeiro-ministro,

José Sócrates, o ex-Presidente da República e antigo presidente da edilidade alfacinha Jorge Sampaio, o ex-presidente da Câmara de Lisboa João Soares, o ex-vereador Rui Godinho, os ex-ministros Freitas do Amaral e Luís Campos e Cunha, o capitão de Abril Vasco Lourenço, os atletas olímpicos Carlos Lopes e Fernando Mamede, a escritora Inês Pedrosa, o cineasta Joaquim Leitão e a jornalista Catarina Portas.

VEJA A LISTA COMPLETA DA COMISSÃO DE HONRA EM www.unirlisboa.com

SAMPAIO APOIA COSTA PARA LISBOA

O EX-CHEFE de Estado e antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML) Jorge Sampaio pediu uma maioria para o candidato do PS à liderança da autarquia da capital, António Costa, apelando aos eleitores para fazerem um juízo sobre a cidade e não sobre o Governo nas intercalares de 15 de Julho.

O apoio de Sampaio a Costa foi manifestado antes de um almoço realizado em Lisboa, no dia 22 de Maio, em que também demonstraram o seu apoio à candidatura os antigos presidentes socialistas da CML Aquilino Ribeiro Machado e João Soares.

Na ocasião, o ex-chefe de Estado considerou “essencial para Lisboa



que o candidato socialista ganhe face ao que se está a passar e ao que se passou na autarquia” nos últimos anos.

“Não se faça uma leitura nacional, porque o que se está a passar em Lisboa é em Lisboa que está a acontecer”, defendeu ainda.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N.º 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa